

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Karitha Regina Soares

**DA FORÇA AO TAMBOR: O MUSEU DO PERCURSO
COMO RECONHECIMENTO HISTÓRICO DA PRESENÇA DO
NEGRO NA FORMAÇÃO DA CIDADE DE PORTO ALEGRE.**

Porto Alegre

2017

Karitha Regina Soares

**O GRANDE TAMBOR (OU DA FORÇA AO TAMBOR): O MUSEU
DO PERCURSO COMO RESGATE HISTÓRICO DA PRESENÇA
DO NEGRO NA FORMAÇÃO DA CIDADE DE PORTO ALEGRE.**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul como requisito parcial para a
obtenção do título de Licenciada em História.

Área de habilitação: Licenciatura em História

Orientador: Prof. Dr. José Rivair Macedo

Porto Alegre

2017

Karitha Regina Soares

**O GRANDE TAMBOR (OU DA FORÇA AO TAMBOR): O MUSEU
DO PERCURSO COMO RESGATE HISTÓRICO DA PRESENÇA
DO NEGRO AFRO-GAÚCHO NA FORMAÇÃO DA CIDADE DE
PORTO ALEGRE.**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em História.

Aprovado em: ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Nome do professor - instituição

Nome do professor - instituição

Nome do professor - instituição (orientador)

Agradeço a Deusa, aos meus guias de luz, aos meus Orixás e ao Orixá Bará Agelu Odiá do mercado que abriu os caminhos do conhecimento às possibilidades desse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Aos meus antepassados que lutaram, resistiram e construíram este país;

As mulheres negras, guerreiras, belas e insolentes da minha família materna que são à base da minha existência: avó, mãe, tias, irmã e sobrinha;

Ao meu orientador Prof^o Dr. José Rivair Macedo pelo encorajamento e confiança neste trabalho e por ter sido um guia fundamental neste momento;

Ao meu companheiro Bernardo Gomes de Jesus por todo o apoio incondicional, sentimental, emocional e estrutural para que este trabalho realmente se concretizasse;

A Banda Kalunga, da qual tenho a honra e a responsabilidade de fazer parte:

Em especial:

Ao Mestre Telmo Flores por ser esta figura paterna de luz e uma personalidade negra de Porto Alegre que me inspira na vida e neste trabalho;

A banda como um todo repleta de amigxs que sempre fortaleceram a minha luta pessoal;

A coordenadora e a equipe Ação Rua GLO/CRU/CRIS da qual faço parte, pelo apoio, carinho, compreensão e incentivo para este trabalho;

As pessoas de Ruy Guimarães, no papel fraterno e paterno de diretor e de Aloizio Pedersen, professor de teatro, na fundamentação da pessoa que me tornei. Pessoas amadas, queridas e fundamentais na minha formação na E.E.E.M. Padre Reus.

A Cambada de Teatro em Ação Direta Levanta FavelA...da qual sou fundante e me fundamentou política e artisticamente longo tempo na minha vida.

Kalunga Quilombola Negão!

Eu sou Kalunga, Quilombola e sou
Negão. Eu não o me dobro a chibata,
eu não me rendo ao capitão

Na luta da liberdade não tive moleza
não. Eu vi banzo de perto. Eu perdi
elos, perdi vidas.

Finquei o pé nessa terra, eu tô na luta
eu tô na guerra.

Eu quero a titulação. Kalunga
Quilombola Negão.

Eu sou Kalunga, Quilombola e Negão

Saudades de além-mar, África,
mamãe querida.

Eu vi banzo de perto, eu perdi elos,
perdi vidas.

Mato e morro, eu sigo trilhas do meu
próprio coração.

Eu quero a titulação. Kalunga
Quilombola Negão

Letra e Música: Telmo Eduardo Flores

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo fundamentar a importância histórica do Tambor como referência cultural e identitária do negro na cidade de Porto Alegre e em todo Brasil. Para isso é ressaltada, sobretudo, a importância das lutas históricas dos Movimentos Negros da cidade em retirar o negro da situação de invisibilidade social a que foi submetido após o período escravista. Dessa forma, fundamentei a importância do Museu do Percurso do Negro como marco histórico desta luta, da mesma forma que busco traçar brevemente a trajetória do negro em Porto Alegre, em todas suas formas de resistência e reinvenção em um espaço que relegou a sua presença ao esquecimento. O negro que 're-existe' e se 're-inventa' por meio da oralidade e da memória compartilhada busca o reconhecimento da sua contribuição na construção de um patrimônio brasileiro, através do legado à nação de diversas práticas culturais, econômicas e sócias, desmentindo a imagem construída nos projetos oficiais de escravidão, invisibilização, estigmatização que usurpou dessa parcela fundante da sociedade porto-alegrense e gaúcha os seus direitos sociais básicos, a existência e a vida.

O trabalho fundamentou os principais pontos demarcados de presença dos negros e negras na cidade de Porto Alegre, as políticas de apagamento dessa presença e a luta pelas memórias coletivas e a cultura negra no espaço urbano da cidade. Assim como o processo de ressignificação dessa memória compartilhada através do Tambor, localizado na Praça da Força, e sua importância para a posituação da história dos negros e negras que marcaram presença com seus corpos, memórias e vidas neste território.

Palavras-chave: afro-gaúcho, tambor, (in)visibilidade, territórios negros, patrimônio.

Abstract

This paperwork aims to fundament the historical importance of the Drum as a cultural and identity reference of the black in the city of Porto Alegre, and throughout Brazil. For this, above all, the importance of the historical struggles of the Black Movements in the city, in removing the black of the situation of social invisibility that was submitted after the slavery period. Thus, I based on the importance of the Museum of the Route of the Black as a historical landmark in this struggle, the same way I seek to trace the trajectory of the black population in Porto Alegre, in all its forms of resistance and reinvention in a space that relegated his presence to oblivion. The afrobrasilian that re-exist and re-invents himself by means of oral traditions and shared memory search in recognition of its contribution in the construction of a heritage brazilian, through the legacy to the nation of various cultural practices, socials and economics, refuting the image constructed in the projects of official of slavery, the world, the stigmatization that usurped this portion of the founding of the society in Porto Alegre and Rio Grande do Sul their basic social rights, the existence and life. The work was based the main points of the marked presence of blacks and black women in the city of Porto Alegre, the policy of the deletion of this presence and the fight for memories and collective black culture in the urban space of the city. As well as the process of re-signification of this shared memory through the Drum, located in the Square from the Gallows, and their importance for the recognition of the history of black people and black women who attended with their bodies, memories and lives in this territory.

Key-words: afro-gaicho, drum, (in)visibility, territories, black, heritage.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Planta de Porto Alegre, ano 1772.....	59
Figura 2 – Praça da Alfândega, século XIX.	59
Figura 3 – Ônibus Territórios Negros da Carris.	60
Figura 4 – Convite da implementação do Museu do Percurso do Negro	60
Figura 5 – Formatura dos Jovens do Quilombo do Areal.....	61
Figura 6 – Convite de inauguração do Tambor	61
Figura 7 – O Monumento.....	62
Figura 8 – Placa do monumento Tambor	62
Figura 9 – Convite para o lançamento do Livro.....	63
Figura 10 – Marcha Zumbi dos Palmares de 2015.....	63

Sumário

INTRODUÇÃO	10
CAPITULO I: TRAÇANDO O PERCURSO, DEMARCANDO TERRITÓRIO.....	167
1.1 O PERCURSO QUE PERPASSA O CORPO, OS SABERES E A CULTURA AFRO-BRASILEIRA	17
1.2 PRIMEIRA ONDA: INVISIBILIZAÇÃO DO NEGRO GAÚCHO	19
1.3 SEGUNDA ONDA: ESTIGMA E A PERIFERIALIZAÇÃO DO AFRO-GAÚCHO.....	26
CAPÍTULO II - PERCURSOS DOS MOVIMENTOS NEGROS	30
2.1 PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL DA POPULAÇÃO NEGRA.....	32
2.2 O MUSEU DO PERCURSO DO NEGRO	35
* LARGO DA QUITANDA:	35
* PELOURINHO	36
* ESQUINA DO ZAIRE.....	36
* DEMAIS ETAPAS	37
2.3 PERCURSO EDUCATIVO	37
2.4 MEMÓRIA COLETIVA NA FORMAÇÃO DO PERCURSO	42
CAPITULO III - A RESSIGNIFICAÇÃO DO PERCURSO DA FORÇA	43
3.1 O TAMBOR ECOA DA ÁFRICA NO PERCURSO DO NEGRO	45
3.2 TAMBOR: O PERCURSO CONCRETIZADO	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
ANEXOS.....	59

INTRODUÇÃO

O projeto de nação brasileira elaborou uma história oficial e a criação de um patrimônio simbólico e natural calcados numa ascendência europeia de valores civilizatórios, culturais e políticos puros, apagando ou minimizando as contribuições africanas e indígenas na formação do país. A ideia de igualdade racial no Brasil, onde todos os cidadãos possuem direitos iguais, de acesso, da economia, de educação, moradia, saúde, dentre outros, forjando a concepção da ausência do racismo e da discriminação racial no Brasil, criando assim um profundo silenciamento para estas questões que foram se tornando latentes frente à herança do sistema colonial e escravista que formou a nação.

As heranças africanas foram mantidas através da oralidade, das religiões afro-brasileiras e pelo tambor, elo com a ancestralidade, da vida e da morte, da resistência e da cultura. O tambor cumpre sua função de ligar a África ao Brasil, de comunicar, seja através da espiritualidade contida na religião e na devoção aos orixás, seja na capoeira que carrega a tradição e os fundamentos das africanidades¹, e nos festejos e festividades afro-brasileiras que se comunicam pela conversa, pelo batuque, pelo baque, pela batida dos tambores, resgatando a memória de um povo soberano, possuidor de riquezas, não só naturais – como usualmente classificam as culturas “não-eurocentradas” –, mas, nos grupos étnicos compostos por hábeis guerreiros, na concepção de complexas civilizações, na edificação de duradouros impérios e na fundação de nações ricas política, cultural e economicamente.

As representações culturais, legados da matriz africana – por vezes mesclada a outras culturas –, reconhecidas mundialmente, como o carnaval, o samba, o tambor de crioula, as congadas, o maracatu, dentre outros, patrimônios culturais e políticos brasileiros, não cabem na escravidão como única forma de retratar os africanos e seus descendentes, não contempla a complexidade, a diversidade e cosmovisão desta herança. Contudo, onde foi escrita essa herança singular? Por que não esteve incluída

¹ Africanidades no plural para representar a diversidade, complexidade e pluralidade contidas neste vasto continente.

nos livros escolares, assim como nas diretrizes escolares o estudo obrigatório da grandeza, as complexidades, os feitos heroicos e evoluções históricas dos africanos? Por que as manifestações culturais, as expressões dos saberes dos afro-brasileiros não foi salvaguardado como patrimônio? Porque não comemoramos os dias dos orixás? Ou não estão nas datas comemorativas brasileiras, estaduais, municipais os nomes de lideranças africanas e afro-brasileiras?

Estas lacunas historiográficas foram sendo pautadas pelos Movimentos Negros organizados, no final do século XIX, bem como a luta pela visibilidade da população negra, da cosmovisão e das contribuições culturais, sociais e políticas de matriz africana, da construção econômica e patrimonial do país pelos negros escravizados². A luta dos Movimentos conquistou o reconhecimento com a constituição de 1988, abertura necessária para repensar a situação dos negros no país, reconhecendo a existência do racismo e dando início às políticas públicas e reparatórias dos afro-brasileiros.

Entretanto, esta realidade foi se transformando lenta e gradualmente, se dando de forma particular em cada Estado e região. No sul do país esta situação se torna mais complexa. Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul são os Estados do Brasil que mais se orgulham de sua herança europeia e principalmente da ascendência alemã e italiana, construindo assim uma identidade sulina diferenciada da brasileira.

Porto Alegre, capital gaúcha desde 1773, trás em suas tradições modernas o reconhecimento da mescla cultural entre açorianos de origem portuguesa, espanhóis e indígenas, contudo o brio desta cidade está no início da imigração italiana e alemã, no século XIX. A capital é uma cidade portuária e seu crescimento econômico inicial se deu pelos fluxos do Rio Guaíba – ou lago³ –, mas foi o charque, produção de carne salgada nas estâncias do interior, que proporcionou o êxito econômico, seguido de agropecuária e agricultura. A demanda crescente de charque para exportação aumentou substancialmente o tráfico interno da mão-de-obra escravizada africana, também assumindo as demandas de trabalhos em todas as áreas, tornando-se assim a força de trabalho basicamente exclusiva e indispensável na realização das mais diversas tarefas.

² O termo escravo será por vezes, quando couber, substituído pelo termo escravizado, por entender que a conotação de escravo remete a uma constituição indelével de ser e não de estar escravizado.

³ Geologicamente, o Guaíba foi considerado um grande Lago. A palavra de origem guarani significa aproximadamente “seio d’água”, fazendo referência ao recebimento das águas dos incontestáveis rios Jacuí, Sinos, Caí e Gravataí. No entanto, justamente por ser um grande lago recebeu a alcunha de “Rio Guaíba” pelos moradores da cidade e assim é até hoje reconhecido popularmente.

Na capital, os cativos trabalhavam como marinheiros, carregadores, escravizados de ganho e de aluguel, as escravizadas trabalhavam como lavadeiras, também podendo ser trabalhadoras de ganho e aluguel, como as quitandeiras – vendedoras de doces e salgados – que popularizaram o Largo da Alfândega como Largo da quitanda. Estes trabalhadores aparecem em relatos de viajantes como de *Saint-Hilaire*, como aponta Bittencourt (2010, pág. 33):

No momento em que atenção do viajante Saint-Hilaire esteve concentrada nas ruas mais importantes da cidade, foi impossível que ele deixasse de observar a movimentação de cativos, demonstrando a sua importância como trabalhadores braçais, numa sociedade, que não admite senhores brancos realizando qualquer tipo de esforço físico que estivesse relacionado ao ganhar pão ou aos serviços domésticos.

Contudo, com a substituição da mão de obra escravizada pela italiana e alemã assalariada e livre, houve um projeto de branqueamento da sociedade, como política nacional, associando a imagem da população branca como superior e civilizada, diferentemente da população brasileira, indígena e principalmente negra, inferior e primitiva - ideologia ligada à ideia de superioridade racial defendida pelo racismo científico. Porém, desmistificada as teorias “racializantes”, foram rapidamente substituídas pelos ideais positivistas que alicerçou a nação na construção de um patrimônio de raízes europeias, que segundo Cunha (2003, pág 274), está atrelado “em conceitos tradicionais de História e Arte”, agravando a “dificuldade de introdução, no rol dos elementos componentes desse patrimônio, de elementos da cultura material de povos considerados ‘primitivos’, ‘sem história’ e ‘sem arte’, segundo as ideias da época”.

Desta forma, as expressões culturais, as contribuições de matriz africana, o patrimônio, a cosmovisão, os saberes, as religiões afro-brasileiras foram apagadas, sistematicamente invisibilizadas. A cidade foi reorganizada, indo ao encontro das ideologias de *gentrificação*⁴ e ao projeto de branqueamento⁵ nacional, paulatinamente

⁴ Chama-se *gentrificação* (do inglês *gentrification*) o fenômeno que afeta uma região ou bairro pela alteração das dinâmicas da composição do local, tal como novos pontos comerciais ou construção de novos edifícios, valorizando a região e afetando a população de baixa renda local. IN: SMITH, Neil. *The new urban frontiers: gentrification and the revanchist city*.

⁵ Branqueamento: Essa ideologia, para branquear a população, com o apoio e patrocínio do Império, teve como fim duas consequências fundamentais, primeiro: com a chegada dos imigrantes europeus, no fim do período escravista, alocaram-se para trabalhar no lugar dos ex-escravos, estes últimos então,

periferalizando a população africana e seus descendentes, engendrando um projeto de estigmatização e criminalização. A mídia teve forte influência na construção dessa imagem, legitimando a ação e a truculência policial nas remoções do cinturão negro: Ilhota, Areal da Baronesa, Cidade Baixa e Colônia Africana, completando o projeto municipal “Remover para Promover” e a invisibilização dos afro-gaúchos.

Os Territórios Negros em Porto Alegre representam a luta pelo resgate da memória coletiva e a valorização do patrimônio afro-gaúcho, retomando os percursos dos negros e negras que ocuparam a área central da capital, onde criaram maneiras singulares de se re-territorializar, ou seja, ressignificando lugares, criando redes de parentesco, comunidade e solidariedade. Contudo, mais uma vez, foram desterrados e expulsos no processo de higienização e excluídos da história oficial da capital.

Os projetos de desterritorialização da população negra são sempre desumanas, cruéis e dolosas: a diáspora, o fim da escravidão – com todas as suas faltas de reparação –, às remoções modernas. Porém, a partir das conquistas dos Movimentos Negros de políticas públicas se fez possíveis aberturas para mudanças nos paradigmas excludentes e estigmatizadores dos afro-brasileiros e a conquista de visibilidade e reconhecimento necessários à população afro-gaúcha.

Os acúmulos da luta do Movimento viabilizam em âmbito nacional a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, lei 10.678/2003; alteração da Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira (LDB) pela Lei n. 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de história e Cultura Afro-brasileira e Africana; a ampliação da noção de patrimônio cultural material e imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, dentre outras vitórias; em âmbito municipal, o Grupo de Trabalho do Povo Negro, GTPN, criado pelo decreto lei 16.614/2010, junto com a SMED, PROCEMPA e Companhia Carris viabilizaram o desenvolvimento do projeto Territórios Negros, desta forma:

O projeto *Territórios Negros* se apresenta como grande potencial para construção de novas narrativas acerca do processo histórico na cidade de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul; além de colaborar para a efetivação da lei 10.639/2003 e da conscientização das populações sobre os mecanismos de discriminação ainda vigentes em nosso cotidiano. O trabalho com escolas

perdiam a oportunidade de entrada no mercado de trabalho, ficando a margem do sistema produtivo e desse modo, estariam desqualificados e desempregados. SILVEIRA, Alexandre Barcelos. Colônia, africana e a construção do território negro em Porto Alegre. XII Encontro estadual de história ANPUH/RS.

através da realização de um percurso pela cidade, provoca nos participantes questionamentos acerca da construção historiográfica e da compreensão do território como espaço de poder, fazendo com que a história das populações negras, deslegitimadas ao longo do tempo, seja entendida como formadora da sociedade. (MEDEIROS, 2016, pág. 64)

A historiografia sobre o tema não se encontra em abundância, contudo são substanciais; os conceitos e parâmetros abordados no texto sobre território, não se limitam ao espaço geográfico, mas nos laços, no apoio mútuo e a construção de história(s).

Os conceitos de *Território*, *Memória*, *Patrimônio*, *Identidade*, *História Oral*, contidos no trabalho foram embasados teoricamente em Ilma Silveira Vilasboas (2010); Valter Roberto Silvério Silvério (2012), Cristina Teodoro Trindade (2012), Carmem Zeli de Vargas Gil (2015), Caroline Pacievitch (2015), Raquel Rolnik, Felipe Rodrigues Bohrer (2011), Francieli Renata Ruppenthal (2015) e principalmente em Iosvaldyr Carvalho Bittencourt Jr. (2010).

O presente trabalho pretende fundamentar como o marco do Tambor, presentificado no antigo Largo da Força, pela iniciativa do CRAB através do Museu do Percurso do Negro se soma na caminhada pela visibilidade, reconhecimento da memória coletiva e compartilhada do patrimônio material e imaterial constituído pelos Territórios Negros de Porto Alegre puderam contribuir para a autoestima e autoafirmação da população negra, devolvendo-lhe a “existência” do afro-gaúcho e sua importância na construção cultural, política e econômica. Assim, como contribuir com o aumento do material a respeito da temática sobre a invisibilidade do afro-gaúcho, não permitindo seu “desaparecimento” histórico.

O primeiro capítulo aborda como o surgimento dos Territórios Negros Urbanos em Porto Alegre inicia um processo de “desenvisibilização” dos percursos dos negros africanos e seus descendentes na construção da história da capital porto-alegrense, resgatando a memória e o patrimônio desta população. Quais foram as contribuições da matriz africana na cultura, política e economia da cidade, e como surge o território negro.

De que forma o discurso da supremacia racial e a racialização pretenderam formar uma nação europeizada; a ideia da supremacia da população branca invisibilizando os negros. Enfocando, como a capital gaúcha aprimorou este projeto e de

quais formas. O que representou e quais foram às consequências desse modelo às comunidades negras.

O segundo capítulo expõem as lutas e conquistas dos Movimentos Negros organizados e as mudanças estruturais conquistadas com o advento da Constituição de 1988 reconhecendo o racismo; a criação de políticas públicas: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Lei 10.639/2003 que institui o ensino obrigatório da "História e Cultura Afro-Brasileira", ampliação da noção de patrimônio cultural de natureza material e imaterial, avanços fundamentais para constituição e reconhecimento dos Territórios Negros, base à criação do Museu do Percurso.

Os processos de visibilização, o reconhecimento dos patrimônios legados dos africanos e descendentes em seu processo de re-territorializar e ressignificar o território. O museu enquanto rompimento com as ideologias de nação e seus novos abarcamentos, possibilitando a criação do Museu do Percurso e seus desdobramentos na elaboração dos conjuntos necessários para solidificar os Territórios Negros com representatividade física.

Reconhecendo os percursos históricos “re-escritos” dos Territórios, delimitando e significando os espaços Largo da Quitanda, Pelourinho, Largo da Forca, Cais e Docas do Acoradouro e Trapiche Antigos e a Esquina do Zaire. E a importância da educação na construção de uma educação “anti-racista”; bem como o papel da memória coletiva, compartilhada e transmitida oralmente não permitindo o desaparecimento dessa história.

E por fim, no terceiro capítulo, a escolha do marco representativo, o Tambor e a significação da presença de um marco físico, bem como a importância deste elemento e o porquê da escolha. Recorte escolhido pela importância existente no primeiro marco, o local da escolha e sua ressignificação a partir da obra.

Aprofundar as etapas de formação, criação, confecção, inauguração da obra, das figuras elementares para seu desenvolvimento. As mudanças empíricas causadas, os “desassossegos” provocados e as reflexões acerca da sua presença e a proposta de museu a céu aberto; a cidadania e os direitos afirmativos significativos da obra.

CAPITULO I: TRAÇANDO O PERCURSO, DEMARCANDO TERRITÓRIO

O Percurso do Negro em Porto Alegre é o regate de uma memória histórica não contada pela história oficial e quando abordada, relegada a um papel secundário; estigmatizada pela dor e pela luta do trabalho escravo, de um negro constituído enquanto subalterno e periferalizado, como se este sempre tivesse sido seu lugar de origem. Assim, o percurso é a visibilidade do importante papel e da presença do negro africano e brasileiro escravizado, liberto, forro e de aluguel na construção de um país, de uma capital gaúcha, de culturas e tradições não dissociadas de suas matrizes africanas. Este percurso demarca um Território Negro Urbano invisibilizado e faz emergir um espaço, uma referência identitária positivada para população negra.

A busca por demarcar este território vem do acúmulo da luta dos Movimentos Negros de Porto Alegre pela representatividade do negro enquanto cidadão ativo da capital e os caminhos percorridos por décadas viriam a se tornar o projeto que leva o título de Territórios Negros Urbanos, segundo Bittencourt (2010, pág. 141):

Compreendo Território Negro Urbano, portanto, como um espaço de construção de singularidades sócio-culturais de matriz afrobrasileira que é afirmativo e, ao mesmo tempo, é um objeto histórico de exclusão social em razão da expropriação estrutural dos direitos sociais, civis e específicos fundamentais dos negros brasileiros, o que faz exigir uma constante resistência.

A preocupação em restituir este Território Negro Urbano através de marcos que representassem lugares de memória coletiva, de símbolos e da presença do negro foi sendo pautada nas reuniões dos segmentos negros, por constatar a falta de representatividade na cidade. O nascente Centro de Referência Afrobrasileiro, CRAB, tomou esta demanda dos movimentos negros e o aprovou pelo Orçamento Participativo

da Prefeitura Municipal⁶, pela Temática Cultura. O CRAB foi contemplado pelo programa Monumenta do Ministério da Cultura em 2002 e com adesão da prefeitura, foi possível viabilizar os recursos financeiros necessários ao projeto, abrindo mão assim da constituição de um espaço físico para o Centro de Referência para dar vida à execução deste projeto inovador e desafiador na cidade, o Museu do Percurso do Negro, que compartilharia com a cidade a memória e a presença do negro gaúcho.

As pesquisas realizadas pelo Prof. Iosvaldyr Bittencourt Junior, no intuito embasar este percurso erigiu quais seriam os lugares de referência, memória e pertencimento da antiga à atual população negra gaúcha. Através das fontes documentais e orais foram sendo elencados quais seriam estes territórios marcadamente negros na constituição histórica da cidade de Porto Alegre e o Centro Histórico da capital gaúcha foi o lugar escolhido para materializar esta história:.

Os resultados da pesquisa tinham por objetivo consagrar determinadas áreas públicas do espaço social urbano da cidade, a fim de estabelecer processos de evocação de lugares da memória da presença negra em torno desse espaço, desde o período colonial até os dias de hoje. (BITTENCOURT 2010, Pág. 129)

1.1 O PERCURSO QUE PERPASSA O CORPO, OS SABERES E A CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Os negros e negras trazidos do continente africano foram destituídos de sua terra e de seus bens mais valiosos nessa travessia transatlântica, o único bem que lhes resta é este bem singular, o corpo, porém não proprietário deste, e sua memória. Esses territórios foram sendo impressos neste corpo-memória pela senzala, pelo trabalho na casa grande, pelo trabalho forçado no campo, às restrições, a exclusão, a opressão e a repressão física. Contudo, as formas de habitar, viver e resistir nesta terra foram tomando formas de luta, de dança, de música, de rebeldia, de malandragens, de ousadias, de fuga, de quilombo e tantas outras formas de sobreviver, ligados a uma cosmovisão africana em sua religiosidade, ancestralidade e acúmulos implícitos de seu

⁶ Implementado 1989 na gestão de Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhados, é um conselho deliberativo no qual representantes das comunidades podem determinar e influenciar escolhas e vetos nas demandas orçamentárias do município.

continente fundante e primeiro, criando desta forma um ser social, político e cultural afro-brasileiro.

Os territórios foram formados por ressignificações de seus espaços, através da oralidade, da criação de quilombos – lugar da liberdade e criação de singular comunidade –; da circularidade de escravizados campo-cidade, forros e libertos, por trabalhos desempenhados por escravizados e escravizadas de ganho e de aluguel nos meios urbanos, a partir da criação de redes sociais de parentesco. Por seu protagonismo eles(as) construíram modos de saber, culturais e políticas se re-territorializando enquanto sujeitos sociais e criando uma cartografia própria. Os saberes afro-brasileiros em campos diversos que vão da agricultura até a cultura de comercialização por negras escravizadas forma o que Bittencourt descreve como uma “cartografia africana que caracteriza os territórios negros no Brasil”, desta forma o autor cita:

Esta cartografia afro-brasileira delineada pelas fronteiras dos saberes sobre a agricultura, o ervanário, a flora e a fauna, com as quais o negro se re-territorializou no Brasil; por meio dos percursos lúdicos intensos; pela palavra oral que se consubstancia na comunidade negra; das resistências, das estratégias e das conquistas políticas; por meio dos cânticos e das rezas. (BITTENCOURT, 2010, pág. 22)

O negro resiste em sua ancestralidade africana formando uma comunidade que ocupa o espaço social rural e urbano, contudo no espaço urbano os e as escravizadas encontraram brechas na conformação social, criando protagonismos em sua história, através de seus saberes; por ofícios, podendo trabalhar como escravo de ganho ou podendo desempenhar também uma função como escravo de aluguel, formas exclusivas do meio urbano. Ocupando os espaços afirmativamente e “contribuindo com seu patrimônio cultural de matriz africana para desenvolvimento da economia e cultura locais” (ROLNIK). Os saberes estão ligados a sua ancestralidade, a ligação com a religiosidade de matriz africana ressignificada em seus terreiros, a culinária, os modos de festejar, à linguagem, as ervas e seus usos, uma sociabilidade negra consolidada e difundida através dos Territórios Negros Urbanos.

Este devir negro consolidado em uma sociedade brasileira em formação contribuiu na construção da cidade enquanto espaço geográfico, político e econômico; bem como social e culturalmente. A participação negra encontra-se perpassada por saberes de matriz africana que geraram “formas específicas de sociabilidade”, de ser

negro, geradas em seu modo esperto de se reinventar. Nas condições impostas pelo cativo os negros escravizados e seus descendentes foram se assentando nos centros urbanos enquanto espaço de moradia, representando desta forma uma alternativa concreta a escravidão na senzala:

Considerando que a noção de território negro diz respeito à forma como as relações sociais são estabelecidas entre sujeitos que pertencem e/ou frequentam a um mesmo espaço urbano gerando formas específicas de sociabilidade, salientamos que a moradia vai ter um papel importante na compreensão dos territórios negros. (BOHRER, 2011, pág. 148)

A cidade foi sendo ocupada não só enquanto moradia, mas também enquanto território em construção. E as ruas eram parte fundante do percurso dos negros e negras, território dos escravizados, como passagem para seus afazeres, de escravizados domésticos “buscando água nos chafarizes, indo ou voltando com a roupa ou os dejetos para jogar nos rios, carregando cestas perto dos mercados, transportando objetos de um ponto a outro da cidade” (ROLNIK). Escravizadas de ganho como as quituteiras, lavadeiras, amas de leite, prostitutas e outras a desempenhar seus serviços diários; escravizados de aluguel que possuíam ofício – muitas vezes trazido consigo do continente africano –, ou aprendiam no desenvolvimento de trabalhos específicos como padeiros, sapateiros, carregadores, e etc. Laboriosos que não deixavam de buscar formas de sociabilidade, que constituíram relações comunitárias, de confraternizações e festejos. Pois ao ocupar estes espaços o reivindicava para si, ali disseminava suas culturas, marcando no solo e na cidade sua presença e existência.

Porém, estes indivíduos não constam na história oficial da construção da capital gaúcha com suas contribuições significativas, e ao “falarmos de territórios negros, estamos contando não apenas uma história de exclusão, mas também de construção de singularidade e elaboração de um repertório comum”. (ROLNIK)

1.2 PRIMEIRA ONDA: INVISIBILIZAÇÃO DO NEGRO GAÚCHO

O Rio Grande do Sul é conhecido por carregar forte orgulho de suas origens europeias, e foi em cima desta “figura mítica” que se fundamenta e se consolida a história do Estado. Com tudo, a história da construção do RS desde a colonização açoriana em meados do século XVIII até a chegada dos imigrantes italianos e alemães em fins do século XIX, passou por um projeto de branqueamento, relegando “ao

silêncio e esquecimento dos negros nesta construção social”. (BITTENCOURT, 2010 pág. 12)

Com a descoberta do ouro em Minas Gerais, foram fundadas as primeiras charqueadas no Rio Grande do Sul, para suprir a enorme demanda de alimentos dos trabalhadores nas minas e outros Estados; o charque, carne salgada, demandou um aumento substancial de mão de obra escravizada especializada, acontecendo assim um enorme fluxo de tráfico interno. Com as charqueadas, a figura do negro assumiu importância máxima na história do sul, advindos em sua maioria do Rio de Janeiro, 88%, e o restante da Bahia, Santa Catarina e Pernambuco, em um total de 6%, 3% e 2%⁷, respectivamente. Muitos eram das nações: Benguela, Angola, Rebolo e Congo, por constituir-se na principal zona exportadora para o Rio de Janeiro, conforme informações de Bittencourt.

O Estado cresceu enormemente em suas economias, no mínimo em 74.9%, das exportações de charque, se tornando assim sua maior atividade produtiva. Mas os cativos foram ocupando outras áreas produtivas como a agricultura, pecuária, transporte marítimo, encarregando-se dos escoamentos das produções; na rizicultura, olaria, nas lavouras de cana-de-açúcar e trigo; desbravando territórios pouco explorados no pampa; no campo, nas roças e na cidade se tornaram a principal, fundamental e quase exclusiva mão de obra.

A capital gaúcha também foi palco do desempenho das atividades desses trabalhadores, seja no abastecimento da capital – cidade portuária que tinha o Lago Guaíba, ou Rio, conforme imaginário popular – com os produtos dos campos, das roças ou, escoamento das produções da cidade, assim os negros e negras escravizados, libertos e forros se misturavam de forma indistintas pelas ruas com os escravizados e escravizadas de ganho e aluguel, criando redes de parentesco e sociabilidade.

Estas relações facilitavam fugas para os quilombos rurais, assim como possibilitava sua permanência na cidade, podendo passar despercebido, misturando-se com escravizados de ganho, ou de aluguel e dessa forma buscar sua liberdade seja pela compra de alforria, que podia ser conquistada com o acúmulo pouco como trabalhador

⁷ Por meio dos levantamentos de BITTENCOURT Jr. é possível acessar o levantamento por memorizado das procedências dos escravizados pelo tráfico interno; assim, como suas nações e local de origem africana. In: BITTENCOURT, Iosvaldyr Carvalho Bittencourt Jr. Os Percursos do Negro em Porto Alegre: Territorialidade Negra Urbana. In: VILASBOAS, Ilma Silveira. BITTENCOURT, Iosvaldyr Carvalho Bittencourt Jr. SOUZA, Vinícius Vieira de. Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre. Ed. Porto Alegre: Vinícius Vieira de Souza, 2010.

escravizado de ganho, ou por meio de irmandades⁸ que compravam ou facilitavam a compra da tão sonhada alforria.

Essas formas de organização da Porto Alegre do século XVIII, foram narradas por inúmeros viajantes que passaram pelo centro da capital, como Saint-Hilaire, Arsène, Isabel e outros, em suas narrativas fizeram alusões a enorme movimentação de cativos, suas condições de trabalhadores e de trabalho, por vezes sobre humano, assim como formas culturais e de sociabilidade:

No momento em que atenção do viajante Saint-Hilaire esteve concentrada nas ruas mais importantes da cidade, foi impossível que ele deixasse de observar a movimentação de cativos, demonstrando a sua importância como trabalhadores braçais, numa sociedade, que não admite senhores brancos realizando qualquer tipo de esforço físico que estivesse relacionado ao ganhapão ou aos serviços domésticos. (BITTENCOURT, 2010, pág 33)

As estratégias de sobrevivência desenvolvidas com muita criatividade e ousadia, permitiam a população negra e mestiça criar vínculos e redes de sociabilidade com diferentes grupos étnicos, superando complexas rivalidades, re-existindo, gerando novos espaços, símbolos e práticas religiosas. Esses novos espaços é o que chamamos de território, pois através dele é possível ressignificar contextos e existências, os quilombos, é sem sombra de dúvidas, o mais importante deles.

O quilombo foi o espaço da possibilidade, de voltar a ser SER, não OBJETO, da liberdade e de resistência à dominação, e espaço de continuação e reinvenção das culturas de matriz africanas no Brasil, gestando a riquíssima cultura afro-brasileira. Os quilombos rurais eram formados por negros fujões e negras fujonas em lugares de difícil acesso e ali criavam uma “nova nação”.

Com a proximidade do fim da escravidão, os negros foram ocupando espaços nos centros urbanos, essas aglomerações negras chamamos de quilombos urbanos, foram tomando forma em espaços abandonados do centro, ou desvalorizados economicamente, assim como as roças e os matagais do entorno, Rolnik define que:

⁸ As Irmandades tiveram um papel importante no período da escravidão no Brasil, representava um espaço religioso para as práticas da fé cristã, já que os negros não podiam frequentar a igreja dos brancos, já sincretizadas com as manifestações de religiosidade africana, lugar onde puderam se organizar política, social e culturalmente, mas principalmente organizar recursos para compra de alforrias, estratégias e coberturas para fugas.

Embora a maior parte da historiografia dos quilombos refira-se àqueles situados em zonas rurais, havia também - crescentemente à medida que se aproximava o fim do período escravocrata - quilombos urbanos. Esses locais ou eram cômodos e asas coletivas no centro da cidade ou núcleos semi-rurais - as roças das periferias urbanas, bastante semelhantes ao que são hoje as roças de periferia dos terreiros de candomblé nas cidades.

Os espaços centrais povoados pelas populações negras, ex-escravizados, forros, fujões e libertos, eram além de espaços de moradia, lugar de trocas, de cultura, de práticas religiosas, permeadas por diferentes signos e práticas locais. No centro as habitações se concentravam em dois lugares específicos, na Rua do Arvoredo, atual Coronel Fernando Machado, e a Rua do Rosário, atualmente Rua Vigário José Inácio.

Contudo nos períodos de 1850 a 1870, houve o primeiro processo de higienização e periferalização da população negra da área central de Porto Alegre, sendo removida a força do perímetro urbano e alocados na periferia da, ainda pequena, cidade de Porto Alegre (ver mapa 1 em anexos).

A cidade inicia seu processo de expansão territorial e econômico, acompanhando uma mudança no paradigma nacional do século XIX, com o “estabelecimento da primeira República”, assim como o advento do capitalismo mundial. Na capital, essas transformações, advindas com a modernidade, são vistas como a “Belle Époque porto-alegrense” e concomitante a ela “uma política de silenciamento ao extremo, motivando a invisibilidade deste grupo a patamares incompreensíveis, pois fora violentado nos aspectos mais caros ao reconhecimento de toda e qualquer identidade, seu reconhecimento social, cultural e político”, como cita Bettencourt. (2010, pág. 5)

Este período é marcado pelo fim da escravidão e a concepção de um projeto de nação, onde os negros e indígenas não foram incluídos. Para tanto, deu-se início aos processos migratórios, onde a mão-de-obra escravizada seria substituída pela mão-de-obra assalariada e livre dos europeus, de uma cultura que “enobreceria” a cultura brasileira, assim como o desejo de construir um novo povo, como aponta Silvério e Trinidad (2012, pág. 900):

No período de (des)escravização do Império e durante o estabelecimento da primeira República, o desejo de se constituir um povo com as características fenotípicas dos principais Estados nacionais europeus por parte de nossas

elites estava em frontal contraste com o estoque populacional existente nas diversas regiões do país.

A criação da ideia de identidade do brasileiro é marcada por um parâmetro europeizado, e essas características se tornariam ainda mais claras, literalmente, no sul do país, buscando reescrever na historiografia esse novo ideal, pautado em um gaúcho forjado em noções de “liberdade, democracia, bravura, hombridade” advindos com e dos imigrantes italianos e alemães, exaltando suas características fenotípicas, culturais e festejos. A construção do novo ideal brasileiro está associada à visão do darwinismo social que implica em um sentimento de superioridade de raças atrelado à inferioridade de outras.

“O darwinismo social vem para justificar os processos de expansão” do capitalismo mundial e a sistemática “dominação de outras sociedades e culturas, validadas cientificamente como inferiores e atrasadas, legitimando assim sua dominação econômica e cultural” (BOHRER, 2011). O Racismo, na cena política brasileira foi legitimado pela ciência, constituindo assim o racismo científico.

O processo de substituição da mão-de-obra no Brasil está intrinsecamente ligado ao projeto de branqueamento da nação, pois a vinda de imigrantes europeus foi associada a um discurso eugenista, onde o sangue do brasileiro seria melhorado pelo sangue puro europeu:

A substituição do escravo negro pelo imigrante livre foi acompanhada por um discurso que difundia a solução como alternativa progressista, na medida em que europeus “civilizados e laboriosos” trariam sua cultura para ajudar a desenvolver a nação. A alternativa implicou também a formulação de uma teoria racial: a raça negra estava condenada pela bestialidade da escravidão e a vinda de imigrantes europeus traria elementos étnicos superiores que, através da miscigenação, poderia branquear o país, numa espécie de transfusão de puro e oxigenado sangue de uma raça livre. (ROLNIK)

Essa reestruturação estava atrelada aos padrões capitalistas que passaram a vigor no país, a terra passa a ser uma mercadoria e o poder a ser medido pela acumulação de riqueza. Contudo, a Lei de Terras⁹ possibilitou que essa acumulação

⁹ Lei de Terras: “Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. bem como por simples título de posse mansa e

fosse viável somente a algumas camadas da sociedade brasileira, assim como políticas de governos facilitaram a aquisição de terras aos imigrantes europeus.

A população negra, até então, a mão de obra essencial ao funcionamento do sistema colonialista, é substituída e não incluída no mercado de trabalho, ficando a margem do sistema produtivo e desse modo, estariam desqualificados e desempregados (SILVEIRA, 2014, pág. 4). Como o fim da escravidão e sem condições de permanência no campo inicia-se um processo migratório massivo para as cidades em busca de possibilidades de sobrevivência.

As cidades não estavam dissociadas dos novos moldes nacionais e o rápido crescimento populacional exigiu das novas municipalidades um projeto de organização que abarcassem os novos parâmetros do capitalismo e os anseios das elites e da burguesia em ascensão. Em Porto Alegre, como na maioria das capitais brasileiras, os projetos urbanísticos estavam associados a um projeto de reestruturação e de limpeza e como aponta Rolnik, “um dos principais alvos de intervenção foram justamente os territórios negros”. (ROLNIK)

Os espaços possíveis da cidade foram sendo ocupadas pelos negros fugidos, ex-escravos, libertos e de ganho, numa rota de liberdade e possibilidades de habitação: casebres, casarões abandonados e cortiços. Essas moradias criaram um território negro no centro da cidade, com seus símbolos e significados, porém, estes espaços habitados basicamente por ‘pessoas de cor’ eram vistos pela sociedade de ‘cidadãos de bem’ como “territórios de lugares de alteridade condenada” (BITTENCOURT, 2010).

Para a sociedade burguesa em ascensão, que se pretendia europeizada, a presença dos quilombos urbanos e dos negros, seja em forma de moradia, trabalho ou permanência, era uma afronta, desta forma não iriam tolerar uma coabitação entre ricos e pobres no mesmo espaço. De encontro a este anseio social, foi decretado em 1876 o código de posturas de Porto Alegre¹⁰, que proibia a permanência das quituteiras, dos mercados a céu aberto, ambulantes, dos pais-de-santo, dos capoeiristas, das muitas formas de socialização do negro no centro da cidade. Conforme apontamentos de Bittencourt (2010, pág. 56):

pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara.”. Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos.

¹⁰ O Código de Posturas de 1829 vedava a presença de escravizados sozinhos em tabernas e botequins.

A área do centro, na opinião dos administradores, governantes e da elite de ascendência europeia, estava tomada de uma promiscuidade indesejada entre os ricos e pobres, vivendo face a face. A cidade se revela suja, malcheirosa, desordenada. Por detrás de um preconceito social, sob os argumentos da necessidade de higienizar e urbanizar a cidade, os segmentos negros empobrecidos e excluídos dos direitos de cidadania sofriam uma profunda discriminação racial.

Os processos de desenraizamento da população negra vão se dando sempre de forma forçada e violenta: na diáspora africana foram arrancados de seus locais ancestrais de origem, destituídos de territorialidade e liberdade, dispersados por todo o mundo; na escravidão no Brasil, subjugados e desumanizados, forçados a trabalhos aviltantes, de enorme esforço físico, emocional e espiritual. Ao se organizarem em quilombos rurais, construíam formas mais dignas e justas de viver, contudo, estes espaços sempre foram desmantelados, ora pelas forças imperiais, ora pelas forças republicanas; a violência foi ainda maior com o fim do sistema escravista, onde foram emancipados sem tipo algum de indenização ou reparação.

O processo dos quilombos urbanos se deu em contraponto a vida na senzala, e foram se moldando enquanto espaço que possibilitou a criação de redes de parentesco, solidariedade e comunidade, tendo um aumento substancial com a inserção dos libertos, com as primeiras remoções os grupos se reassentaram na periferia de Porto Alegre.

No processo de formação da cidade a periferia era formada por roças, casas de veraneios e por se caracterizar como meio semi-rural, havia muitas terras desocupadas e de baixa produtividade, o que tornou os processos relativamente flexíveis, até então, de apropriação das terras de baixo rendimento dos grandes proprietários pela população negra empobrecida. Ali formaram os bairros e vilas Cidade Baixa, Areal de Baronesa, Ilhota e Colônia Africana, esses aglomerados de habitações negras viria a ser chamado de “cinturão negro”, por se localizar no entorno do centro da cidade.

Assim, concluíram o primeiro processo de higienização no centro da capital de Porto Alegre¹¹, uma forma de limpar da vista dos cidadãos o incomodo com a presença do negro liberto, mas que agora, de muito pouco servia a este modelo de

¹¹ O desenvolvimento econômico e o modelo de cidades higienizadas foram semelhantes em todos os grandes centros econômicos e culturais brasileiros. Ver em ROLNIK, Raquel. Territórios Negros nas Cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro).

sociedade que se pretendia moderna, economicamente próspera e elitizada, além de possuir uma mão de obra assalariada e europeia. O fim da escravidão não só negou uma reparação ao negro destituído de seu continente, cultura e família, como também lhe negou o direito à cidadania.

1.3 SEGUNDA ONDA: ESTIGMA E A PERIFERIALIZAÇÃO DO AFRO- GAÚCHO

Habitando esses locais de baixa densidade demográfica, os matagais e campos vazios da periferia foram ganhando formas de comunidade, lugar de trocas de saberes e experiências permeadas pela religiosidade de matriz africana, espaço de sociabilidade, festas, música, poesia e espírito de coletividade e ajuda mútua; não isentos de tumultos, intrigas e brigas; contudo foi nestes espaços onde foram firmando sua identidade e a luta-resistência para continuar existindo, se re-territorializando e moldando seu território.

Territórios permeados pelos fluxos das conversas que impõem fronteiras difusas entre público e privado, por meio da rede caracterizada pelos pátios comuns, pelas conversas interpátios, até ao agrupamento das cozinhas ou nos salões de uma sessão de culto afro-brasileira. (BITTENCOURT, 2010, pág. 148)

Contudo, nunca houve uma garantia de permanência nesse território e essa forma de organização não se encaixava nos ideais positivistas dos governantes do Estado. No século XX a capital iniciou uma reestruturação, passando assim as atribuições de melhorias básicas à responsabilidade do Município e inúmeras obras públicas modernizantes se iniciaram: prédios históricos demolidos para dar lugar a novos e exuberantes edifícios, o alargamento das ruas e avenidas – construção do viaduto Otávio Rocha e outros –, sistema de esgoto e saneamento básico, assim como a habitação, gerando interesse da especulação imobiliária com a valorização da cidade, criando pelo projeto urbanístico.

Na década de 1960 foi instituído pelo DEMHAB de Porto Alegre o projeto “Remover para Promover”, com o argumento de que para o crescimento e desenvolvimento econômico a cidade deveria passar por melhorias. Justamente nas habitações das populações negras é que o projeto foi executado, resultando na remoção do cinturão negro. Mais uma vez as malocas e quilombos residuais foram vistos como

indesejados nos projetos das elites locais e iniciou-se o processo de remoções violentas para as periferias mais distantes da cidade.

Porém, desta vez, esse projeto estaria embasado em um discurso nascente da marginalidade do negro e seus locais de habitação, que legitimaria os processos de remoção violenta e os meios de comunicação teriam fundamental importância na criação de estigmas à população negra da época:

A história da comunidade negra é marcada pela estigmatização de seu território na cidade: se, no mundo escravocrata, devir negro era sinônimo de subumanidade e barbárie, na República do trabalho livre, negro virou marca de marginalidade. (ROLNIK)

A marginalidade dos negros começou a ser atrelada a “não proletarização de sua população” associando assim a ideia de desorganização em contraponto à “disciplina e regularidade do trabalho assalariado” – contudo com o fim da escravidão a mão de obra foi substituída pelo trabalho assalariado do imigrante europeu e os negros libertos não foram assimilados pelo mercado de trabalho. A habitação coletiva, a “vida em grupos não-familiar” era vista de forma promiscua em contraste com a casa burguesa de uma família segregada por cômodos bem definidos. Condenava-se por fim o “conjunto de gestos, um jeito de corpo” implícito nos códigos culturais mais despojados e livres, no jeito negro de se comunicar, em suas formas de dançar e festejar, vistos em geral como afronta e desafio aos padrões morais da sociedade “branca e cristã”. E ainda mais execrável: “a presença dos terreiros e praticas religiosas africanas completa o estigma: candomblé é marginal por que é “crendice”, é “religião primitiva”, que afronta a religião oficial”. Segundo Rolnik:

Para a cidade, território marginal é território perigoso, porque daí, desse espaço definido por quem lá mora como desorganizado, promiscuo e imoral, que pode nascer uma força disruptora sem limite. Assim se constitui uma espécie de *apartheid* velado que, se, por um lado, confina à comunidade posição estigmatizada de marginal, por outro, nem reconhece a existência de seu território, espaço-quilombo singular.

Assim, o paulatino processo de marginalização cria um estigma sobre os territórios de forte concentração de descendentes de escravizados africanos, seus corpos, moradias e presença, as “regiões populares de Porto Alegre, era largamente referida

enquanto de antro de vagabundos, ociosos e viciosos, precisando ser vigiado para não por em risco a vida do ‘cidadão de bem’”. (BOHRER, 2011, pág. 130). A partir daqui, o que se cria no entorno desta população, já roubada e não reparada, é a exclusão de sua presença no contexto central da cidade, apagando a contribuição e importância da população negra na construção histórica e econômica da capital, removendo violentamente os corpos negros da vista do cidadão de bem e abrindo os espaço para consolidar a especulação imobiliária no centro econômico da capital, abertos forçadamente a investimentos rentáveis.

A mídia desempenhou um importante papel para difusão do preconceito estigmatizante sobre a população pobre nas áreas de interesse econômico. A visão que se difundia estava sempre atrelada à imagem de vagabundos, boêmios, fanfarrões, os pais-de-santo vistos como embusteiros e as vilas e bairros disseminados enquanto lugares perigosos, primitivos e desordenados; os jornalistas por serem parte de uma classe social abastada traziam em seu olhar os valores e os preceitos de sua camada social. Mas este olhar estigmatizador construído pelos veículos de comunicação da época não abarcam as complexidades das relações sociais, nem problematizaram as lógicas de exclusão e da herança da escravidão, “perpetuando” no presente a visão depreciativa, formulada nos moldes do racismo científico, em torno deste grupo social (BOHRER, 2011, pág. 131). Esta imagem distorcida, caricaturada, marginalizada e estigmatizada foi o que se calcificou e veio a compor a historiografia oficial, Silveira (2010, pág. 12), aponta:

Por fim, apontamos a mentalidade intelectual entre os anos de 1830 e 1970, que muito influenciou a intelectualidade brasileira e os órgãos governamentais. Apontou-se que a imprensa agregou em suas falas conceitos depreciativos e ideias errôneas com o objetivo de higienizar os territórios negros de Porto Alegre traduzindo-se, numa ótica excludente apontada pela imprensa gaúcha direcionada a população afrodescendente.

A fama atribuída à marginalidade aos descendentes dos africanos legitimou as repressões e a expulsão de seus habitantes. O estigma da escravidão não deixou de acompanhar e se associar à imagem dos negros e os descendentes dos trabalhadores africanos passaram a ser “associados ao não-trabalho”, e empregados somente na falta de mão de obra branca, e mais uma vez tiveram que se re-territorializar. Deste modo, nascem os bairros mais populosos e de ascendência negra de nossa cidade, Restinga, IAPI, entre outros agora nos cantos da cidade, locais distantes do centro, em lugares

sem infraestrutura, saneamentos, transporte, saúde e educação, bem longe do olhar do desenvolvimento econômico do Município. Desta forma:

“O estigma foi formulado a partir de um discurso etnocêntrico de uma prática repressiva; do olhar vigilante do senhor na senzala ao pânico do sanitarista em vista ao cortiço; do registro esquadrinhador do planejamento urbano à violência das viaturas policiais nas vilas e favelas” (ROLNIK).

Assim, conclui-se o processo de branqueamento, marginalizando, estigmatizando e invisibilizando a presença do negro na cidade, colocando uma “pá de cal” sobre a história, e onde existiu parte da Colônia Africana hoje corre um Rio Branco.

CAPÍTULO II - PERCURSOS DOS MOVIMENTOS NEGROS

Os Movimentos Negros em Porto Alegre desempenharam papel fundamental na luta contra o racismo, por políticas públicas reparatórias, por garantida de direitos, respeito e visibilidade; foi um precursor na discussão da importância de marcos que referenciassem a presença e a contribuição do negro na formação da capital, assim como a mudança nos currículos escolares - onde os afro-descendentes fossem integrados na história oficial enquanto raízes históricas na constituição do país e retratados através de sua contribuição afirmativa e não somente no período da escravidão, onde foram subjugados e alijados de sua cidadania:

Em Porto Alegre, a comunidade negra é frequentemente alijada de sua cidadania, mesmo estando fora da história local oficial e em uma persistente construção ideológica de invisibilidade ou de imposição de violência simbólica, por parte dos seguimentos não-negros da população. (BITTENCOURT, 2010)

Por compreenderem o quão danoso é a invisibilidade, assim como violência simbólica – não somente simbólica – às populações afro-brasileiras, o movimento lutou incansavelmente pela visibilidade da população negra, e nesse contexto surge à “[...] entidade negra Grupo Palmares, em 20 de Julho de 1971, com objetivos culturais e políticos.” (BITTENCOURT, 2010, pág, 61) Este grupo foi responsável por idealizar a data 20 de Novembro, dia do assassinato de Zumbi dos Palmares¹² por pessoas a serviço do império português, como o “Dia da Consciência Negra”, dia nacional de reconhecimento histórico da luta e resistência dos negros no Brasil, bem como a luta atual das populações negras por afirmação, resistência cultural e política.

¹² Zumbi do Palmares é referencial às lutas contra opressão da população negra, foi o último líder do quilombo rural Palmares, na serra da Barriga, teve a trajetória mais duradoura no país e de maior resistência as investidas das tropas imperiais, sendo destruído somente em 1694 após 94 de existência resistente, após inúmeras tentativas frustradas do Império.

Em Porto Alegre a luta se deu, dentre muitas, no campo simbólico da invisibilidade do negro na formação da cidade e seu direito a ela. Desta forma o movimento buscou caminhos para visibilizar a “participação da população negra em diversas atividades e instâncias de atuação, demarcou sua presença ao longo da formação e do crescimento de Porto Alegre, contrariando a imagem formulada pela intelectualidade local.” (BOHRER, 2011, pág. 125). Este caminho a ser percorrido estava pautado em uma perspectiva histórica própria, não oficial e seria resgatada através de um legado cultural africano, a história oral, assim como na luta emancipatória da África:

Contar a história a partir de sua própria perspectiva foi central na luta política dos africanos junto à UNESCO durante e após o processo de luta de libertação. Um dos resultados foi à demonstração de que, contrariamente ao que se argumentava, a África tinha história. (TRINIDAD; SILVÉRIO, 2012)

O silenciamento da história mobilizou os Movimentos Negros organizados a buscar formas de reconhecimento social e antropológicamente os protagonismos negros que construíram de forma monumental, cultural, política e gastronômica à capital gaúcha. Evocando a memória coletiva: os bailes nos clubes negros, o carnaval de rua e as diferentes formas de organização que fizeram parte da formação dos territórios negros e tantas outras expressões populares da cultura afro-brasileiras legadas a capital gaúcha.

Desta forma se tornou necessário o rompimento da ideia de um Rio Grande do Sul formado única e exclusivamente pela cultura açoriana e contribuições alemãs e italianas – os Estados europeizados do sul –, regatando do esquecimento a profunda contribuição cultural africana. Isto contribuiu para contrariar o senso comum, amplamente repetido em outras regiões do Brasil, de que o sul é formado por população exclusivamente branca. Até hoje, quando se faz referência a uma personalidade negra dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul há sempre uma exclamação; “mas no sul existem negros?”.

Sim, existe! Contudo, quando buscamos referências, estas estão na escravidão, na pobreza, nas estatísticas de mortandade, subnutrição, falta ou não conclusão da escolaridade e outros referenciais negativos, não rompendo com o legado imposto pela escravidão. Por isso a demanda por reconhecimento dos mananciais culturais de matriz africana no Sul se tornam fundamentais para que não desapareça;

assim como para valorização de uma parcela da sociedade que estigmatizada, e perseguida cultural e socialmente, e também a reversão da falta de políticas públicas que auxiliariam na reparação dos direitos não compartilhados a população negra com o fim do sistema escravocrata.

A ideia difundida e defendida, por muito tempo, da igualdade racial no país, criou empecilhos de mudanças concretas no cenário social e nas condições políticas-culturais para a população negra, somente com a Constituição de 1988 e o reconhecimento do racismo, visto que a discriminação passou a ser considerado crime inafiançável¹³; desta forma foi possível pensar em políticas públicas para erradicar o racismo no Brasil. Após três séculos do fim do sistema escravista e 100 anos sem direitos constituídos, somente em 1988 é que o negro começa efetivamente se tornar cidadão no Brasil.

A Constituição foi a “porta aberta” pelos movimentos negros para se repensar no âmbito estrutural da desigualdade racial políticas públicas voltadas à população afro-descendentes de reparação e antirracistas. Dentre elas podemos destacar a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, no âmbito da Presidência da República por meio da Lei 10.678/200314; a lei 10.639/200315 que altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"; e a ampliação da noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial, artigos 215 e 216 do IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que possibilitaram aberturas nos âmbitos estaduais e municipais de secretarias voltadas às políticas para população negra.

2.1 PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL DA POPULAÇÃO NEGRA

Com a ampliação do reconhecimento do patrimônio imaterial, definido na Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, fica definido:

¹³ XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei; Art. 5º. Capítulo I. Título II. Constituição da República Federativa do Brasil.

"as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural." ¹⁴

As definições de Patrimônio Imaterial possibilita a “abertura” para concretizar o reconhecimento dos patrimônios afro-brasileiros constituídos pelas manifestações culturais, religiosas, bem como as comemorações de festejos, da indumentária, das práticas de matriz africana imbricados na cultura brasileira; a contestação da falta de representatividade e inclusão dos patrimônios afro-brasileiros, assim como o requerimento de pertencer e ser preservado. A patrimonialização é um passo a frente na garantia de reconhecimento e visibilidade da importância da cultura negra na construção da nação, critérios há muito tempo reivindicados pelos movimentos negros:

O primeiro desses critérios é o da cultura negra afirmativa, quando consideramos a importante e singular contribuição do negro ao desenvolvimento da economia e da cultura, do saber dos ervanários (plantas sagradas e medicinais), do respeito à Natureza, do conhecimento culinário, da dança, da música, da filosofia, da política, da criação artística, da justiça, entre outros. O segundo é o do clamor pelas reparações às injustiças cometidas contra o homem e a mulher negros no período da escravidão e contra as diversas comunidades e grupos étnico-culturais africanos e seus descendentes. (BITTENCOURT, 2010, pág 149-150)

A nação está implicada na “existência de um patrimônio simbólico e natural”, segundo CUNHA (2003, 275), e se tratando do Brasil, diretamente ligada a “questões conflitantes, relacionadas à base da formação da sociedade brasileira e sua história colonial”. No processo de construção da capital Porto-alegrense não seria diferente, contudo, o que choca é o silenciamento da mão-de-obra escravizada na construção de seu patrimônio histórico material e o não reconhecimento, como em outros Estados, mesmo que posteriormente, do patrimônio imaterial da comunidade

¹⁴ Convenção da Unesco para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, retificada pelo Brasil, 2006.

afro-gaúcha, negando desta forma a presença desta população à história do Município, reforçando estereótipo da inexistência de negros em sua formação.

Cunha, explica como as ideias evolucionistas e eugenistas constituiu o pensamento da época e como chegamos a tão aviltante silenciamento:

“Nesse processo de construção nas imagens de uma nação brasileira, notadamente nos séculos XIX e primeiras décadas do século XX, tempos plenamente influenciados por ideias positivistas, com ênfase no pensamento evolucionista e eugênico, em projeto de construção de identidades nacionais através de patrimônios locais, mas com a importação de valores externos, baseando-se em conceitos tradicionais de História e Arte, fica evidente a dificuldade de introdução, no rol dos elementos componentes desse patrimônio, de elementos da cultura material de povos considerados “primitivos”, “sem história” e “sem arte”, segundo as ideias da época” (CUNHA, 2003pág 274).

Os resgates possíveis com a inclusão do patrimônio imaterial e o reconhecimento da importância para construir uma nação mais igualitária, com a inserção de outras formas de “saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas”¹⁵. Assim, segundo BITTENCOURT (2010, pág 149) é evocado “os espaços socioculturais considerados lugares de memória do negro para fins da instauração de um processo de monumentalização por meio de marcos artísticos são os Territórios Negros Urbanos”.

Os Territórios Negros Urbanos em Porto Alegre foi um trajeto pensado para visitar espaços de presença, importância e história dos negros africanos e seus descendentes; dentro da evocação do patrimônio afro-brasileiro a lembrança dos prédios históricos que ainda resistem no centro da cidade, em sua maioria, foi construída pelo “trabalho compulsório dos africanos e seus descendentes” (BITTENCOURT, 2010). De acordo com a pesquisa de natureza histórico-antropológica sobre os territórios negros urbanos nos aponta “[...] o modo de vida, a dinâmica das relações dos negros, desde o período da escravidão, nas ruas e no entorno de Porto Alegre, gerou ricos patrimônios culturais”, as contribuições negras não se limitam a arquitetura da cidade, estão, também, implícitas em um Patrimônio Imaterial a ser reconhecido e reparado. (VILLASBOAS, 2010, p. 80)

¹⁵ IPHAN, Patrimônio Imaterial.

O Patrimônio Imaterial reconhece os conhecimentos de matriz afro-brasileira como “plenos de um saber imaterial”, transmitidos pela oralidade de geração em geração, possibilitando assim, o processo de reconhecimentos dos Territórios Negros Urbanos.

2.2 O MUSEU DO PERCURSO DO NEGRO

O Museu do Percurso do Negro nasce do desejo de representação concreta, por meio de marcos visível e palpável da contribuição dos negros africanos e seus descendentes à capital gaúcha, pela falta de representatividade nos museus tradicionais, bem como “dar visibilidade à contribuição do patrimônio cultural de matriz africana na História da cidade, no Estado do Rio Grande do Sul, fortalecendo a identidade local, regional e nacional”. Vilasboas (2010, pág. 91). Essa concepção se tornam possíveis à medida que se repensa as funções dos museus, como nos aponta Vilasboas:

A trajetória dos museus que, aos poucos, culminou com mudanças significativas reestruturação de conceitos transpôs os museus das coleções e dos lugares sagrados para os museus do público, inseridos na realidade das comunidades. Assim, como a estruturação da ideia de museu surge, também, a ampliação da noção de patrimônio cultural. (2010, pág 79)

As ideias de museu do século passado, voltados para “representação da Nacionalidade, consagração da História e da Pátria” privilegiou uma parcela da população, de acordo com os moldes positivistas da época. Nas décadas finais do século XX, há mudanças significativas, onde o “direito à memória que inclui grupos étnicos como os Negros e os Índios, culminando na ação da democratização do processo de preservação também a estas comunidades” conforme apontamentos de Vilasboas (2010, pág. 78).

As mudanças se dão em marcos importantes para a renovação da museologia, podendo ser citadas: a mesa redonda de Santiago do Chile em 1972 promovida pela UNESCO, “com objetivo de discutir a função dos museus na América Latina”, direcionando-o a uma função social. Assim como, o “Movimento Internacional da Nova Museologia (MINOM), em 1974, no Canadá, ampliando, divulgando e respaldando as mudanças na área”, conforme a autora. Ainda de encontro com essas mudanças, ocorre, em 1992, o Seminário “A Missão dos Museus na América Latina

Hoje”, construindo a Declaração de Caracas que suscita a reflexão sobre a missão atual do Museu como um dos principais agentes do desenvolvimento integral da região. Este importante documento traz a ideia de integrar e utilizar o Museu como um ‘meio’ de comunicação entre o território, o patrimônio, e a sociedade, Vilasboas (2010, pág 79), conclui que:

Neste contexto que envolve um processo evolutivo da instituição Museu no tempo-espaço, que mistura lutas, aspirações, mobilizações, renovações técnicas e inserção da instituição na agenda de políticas públicas é que surge o Museu de Percurso do negro em Porto Alegre, mais “uma das formas de expressão da Museologia”, forma encontrada para combater a forma de representatividade no estado do Rio Grande do Sul, em especial na cidade de Porto Alegre, a cerca do patrimônio material e imaterial gerado pela etnia Negra.

O Museu do Percurso do Negro, acúmulo de forças dos movimentos negros, é de suma importância na valoração de uma identidade, na promoção de cidadania ao concretizar a cultura, os bens materiais e imateriais representativos e significantes de uma memória coletiva apagada da história, representada por símbolos dos segmentos negros gerados na construção da cidade, promovendo a autoestima da população negra não representada nos bustos e esculturas, nem mesmo no discurso oficial; bem como a apropriação e o pertencimento no território. Faz-se importante ressaltar, no Projeto do Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre os objetivos específicos quarto e sétimo que visam: “Criar, através de marcos produzido por artistas uma estética negra em Porto Alegre, que possibilite uma releitura dos espaços e um “resgate” da História”; bem como, “Contribuir para a construção estratégica e de fortalecimento da imagem positiva do Negro”.

O projeto Museus do Percurso do Negro é a consolidação dos Territórios negros através de marcos simbólicos nos locais determinados pelos Movimentos, Comunidade e representantes negros como referencial simbólico da luta e da resistência dos africanos e seus descendentes. O projeto é desenvolvido em três etapas, a Etapa I é contemplada pelo programa federal Monumenta – Preservação do Patrimônio Histórico Urbano, em parceria com o IPHAN e a UNESCO, em caráter inovador é o único dos projetos no Brasil a contemplar a temática étnica afro-brasileira e a proposta de um museu a céu aberto. Contemplando a primeira etapa do projeto. Vilasboas (2010, pág 80), ressalta que:

Desta forma, o Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre está em sintonia com os processos históricos que envolvem a instituição museu e sua função social e educativa. Este museu visa promover, no Centro Histórico da cidade, um processo estratégico de visualização de áreas e edificações importantes para etnia negra. Para tanto, foram desencadeadas ações de levantamento bibliográfico, documental, oral e da pesquisa antropológica sobre os espaços urbanos que compreendem a presença do Negro nestes locais, ponto de ressonância para o percurso do museu.

O processo de musealização dos Territórios Negros Urbanos contou com a oralidade dos mestres e mestras em saberes e *griots* como Walter Calixto Ferreira – mestre Borel, José Alves Bitencourt – o Lua, Nilo Feijó, Eliane Rodrigues, juntamente com as pesquisas do Dr. Iosvaldyr Bittencourt Junior para dimensionar o percurso dos africanos e seus descendentes histórica e antropológicamente, através da busca de documentos, dos relatos orais, das lembranças dos *griots* (guardiões da história, da memória com o compromisso de preservar e transmitir), costurando os referenciais necessários para embasar teoricamente o projeto; os artistas: o projeto reuniu um grupo de artistas negros, com formação comprovada, para construir os marcos simbólicos que representariam esteticamente o percurso; e os mediadores: capacitando jovens para mediar as visitas pelo museu.

O processo da primeira etapa do museu delimitou os espaços 1. Largo da Quitanda; 2. Pelourinho; 3. Largo da Força; 4. Cais e Docas do Ancoradouro e Trapiche Antigos; 5. Esquina Democrática – a Esquina do Zaire. Estes territórios no Centro Histórico são escolhidos como lugares de representação da comunidade negra, de injustiças, bem como de resistência por onde os escravizados, libertos, forros, fujões e fujonas marcaram a História da cidade ao longo da história.

*** LARGO DA QUITANDA:**

A Praça da Alfândega, localizada entre a Rua dos Andradas, antiga Rua da Praia, e Rua 7 de Setembro, já foi nomeada Praça Senador Florência, mas no início de século XIX era conhecida como Costa do Rio; abrigou a antiga Alfândega, demolida em 1912, que controlava a entrada e saídas de mercadorias que chegavam pelo Rio Guaíba, por conta do enorme fluxo de trabalhadores, foi criado um comércio autônomo e informal dos trabalhadores escravizados.

No local, se comercializavam frutas, encontrava-se escravizados de ganho e de aluguel para desempenhar os mais variados trabalhos, mas foi às famosas quituteiras que deram nome a praça. Essas mulheres empreendedoras eram conhecidas por serem doceiras e quituteiras de excelência, percorriam a praça, acoradas em balaios ou em bancas colocavam a venda seus produtos, há relatos que ao longe se escutava os pregões das mercadorias. Encontravam-se as mais diversas mercadorias a venda: ervas medicinais, temperos, doces, salgados, um mercado em movimento, relatado pelos viajantes, como *Saint-Hilaire* que retrata os trabalhadores do Largo, entre outros que passaram pela capital.

Muitas dessas trabalhadoras de ganho eram de origem Mina, onde o comércio e as relações econômicas de vendas e trocas eram realizados pelas mulheres. Assim nos relata Bittencourt:

Negros e negras acorados com seus balaios e tabuleiros, vendiam frutas, verduras, carne seca, lenha, amendoim, pé-de-moleque, ervas para remédios e chás. Havia uma espécie de mercado, com grande movimento, onde se abasteciam os moradores da cidade, os quais passaram a chamar o local de Largo da Quitanda. Também se ouvia o pregão das “Negras Minas”, como eram chamadas as escravas africanas: - Pinhão quentinho! Peixe Frito! (Bittencourt, 2010, pág. 142)

*** PELOURINHO**

Localizado em frente à Igreja Nossa Senhora das Dores, entre a Av. Padre Tomé, este era o lugar do supliciamiento público, onde se aplicavam os castigos aos escravizados julgados e condenados. O Pelourinho foi construído em 1810 a mando do Dr. Antônio Monteiro da Rocha. Representava na época a “autonomia política e o poder de jurisdição da cidade”. Os suplícios ali aplicados eram destinados aos escravizados que resistiam à escravidão, seja pela fuga, por não respeitar devidamente seus senhores, negar-se a acatar ordens e fazer „corpo mole” - todas estas, formas expressivas de resistência ao sistema imposto.

*** ESQUINA DO ZAIRE**

Localizada no cruzamento entre a Rua dos Andradas e a Avenida Borges de Medeiros, a Esquina do Zaire como foi ressignificada por se tornar ponto de encontro dos mais variados segmentos negros: operários, universitários, carnavalescos, músicos, dentre outros, a partir da década de 70, formando um território negro ao cair da tarde. A área central passou a ser reocupada, re-territorializando pela população afro-descendentes, após décadas de cerceamento ao acesso desta população à área central da cidade, seja pelo Código de Posturas, ou pela Lei de Vadiagem¹⁶.

O Zaire era um espaço de sociabilidade, de fortalecimento de laços de parentesco, e um ponto de encontro de organizações dos movimentos negros, local de onde saiu à primeira marcha “20 de Novembro” – o dia da consciência negra. Território negro étnico-cultural, estético, político, ideológico e diverso, assim se reconstituiu a Esquina Democrática em Esquina do Zaire, como descreve Bittencourt (2010):

O centro urbano passou a ter uma enorme importância para os negros que se dirigem ao centro, na produção de significados de matriz africana e do imaginário social, afirmando uma espécie de ritual coletivo que consolida o Território Negro Urbano, em Porto Alegre.

*** DEMAIS ETAPAS**

O museu ainda passou por mais três etapas: etapa II, a criação do marco “Pegada Africana” localizada na Praça da Alfandega, ainda sobre a coordenação do projeto Monumenta; etapa III, o monumento Bará do Mercado, em homenagem ao Orixá Bará Agelu Olodiá, no centro do Mercado Público, que faz parte dos “caminhos invisíveis dos negros em Porto Alegre”; etapa IV, Painel Afrobrasileiro, localizado na Praça XV.

Assim, o Museu do Percurso do Negro é um acúmulo de vontades de visibilidade, um retorno a uma história não oficial, o resgate da memória da dor, da luta e da resistência dos negros e negras africanos e seus descendentes. É a formação dos Territórios negros ao recriar o percurso dos antepassados, a lembrança da primeira caminhada que começa a traçar essa nova realidade do negro positivado e visível em Porto Alegre.

¹⁶ Lei de Vadiagem – No seu artigo 59, a lei considera vadiagem “entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita”.

2.3 PERCURSO EDUCATIVO

Um dos legados da colonização à educação brasileira foi o de criar um olhar estrangeiro sobre os parâmetros do país, aonde tudo que é melhor vem de fora e o que criamos aqui é atrasado e sem valor. Estas são ideias propagadas e enraizadas pelos discursos eugenistas, pela valorização do europeu e sua cultura “civilizada”, assim como a depreciação das nações indígenas e estigmatização dos negros africanos trazidos à força como escravizados para o país, relegando suas contribuições a algo inferior e brasileiro. A implementação da Lei 10.639/2003 que muda as Leis de Diretrizes e Bases (LDB) é um salto em direção a uma reivindicação básica dos Movimentos Negros, por entender que o discurso escolar é basilar na construção identitária do país. Silvério e Trinidad ressaltam:

Assim, é preciso reconhecer que a educação permaneceu como política pública prioritária para o movimento negro, a partir da crença de que o fim das desigualdades educacionais e sociais geradas pelos históricos de práticas de racismo e discriminação direcionados aos não brancos só se dará com mais e melhor educação formal. (2012, p. 896)

No âmbito dos Territórios Negros em Porto Alegre duas ações se pretendem educacionais: a primeira Caminhada Cívica que dará os subsídios para criação do Percurso dos Territórios Negros da Carris e a formação de monitores do Museu do Percurso do Negro.

A primeira Caminhada Cívica, idealizada por artistas, poetas escritores, literatos, entre outras personalidades afro-gaúchas, lançada pela “Associação Negra de Cultura, o grupo Semba Arte Negra e amigos” ocorreu em 20 de maio de 2001 em comemoração a “Três Datas Negras de Maio”: “Dia 13 de Maio, considerado “Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo” e, em contraposição, a data tem de positivo o nascimento do escritor negro Lima Barreto, em 1881, que é exaltado. O Dia 14 de Maio, considerado “O Dia Seguinte”, pois guarda a memória da execução dos líderes da Grande Insurreição Baiana de 1835, além da “Execução do homem errado”, um jovem que, confundido com assaltantes, foi assassinado pela Brigada Militar, a polícia militar gaúcha. A última data, 25 de Maio, em que se comemora o dia da África” (BITTENCOURT, 2010, pp. 148-149).

A proposta foi fazer um percurso por onde os negros africanos e seus descendentes construíram memórias por onde passaram, seja pelo trabalho, flagelo, expressões culturais e resistência. Em um panfleto distribuído a população estava descrito o “Roteiro da caminhada e estações”, que passava pelo Mercado Público; Igreja do Rosário; Cadeia Velha no Beco da cadeia (Av. Salgado Filho, próximo ao Departamento de Artes Dramáticas da UFRGS); Av. Borges de Medeiros, na confeitaria Mateus; Casa da Espanha na Rua Andrade Neves; Rua do Ouvidor (Ladeira, Gen. Câmara); Rua da Praia; Pelourinho (em frente à igreja das Dores); Largo da Forca (Praça da Harmonia, Praça Brigadeiro Sampaio) e finalizando na Casa de Cultura Mario Quintana com uma roda de conversa sobre as temáticas e trocas de ideias.

Uma segunda caminhada foi realizada em 2007 pela atriz e poeta gaúcha negra Vera Lopez, o poeta negro paulista Luiz Silva, conhecido como Cuti, o poeta e escritor negro Oliveira Silveira e a bibliotecária negra Eliane, entre outros; em pontos determinados os poetas recitavam poesias da literatura negra.

Em 2010, a articulação dos Movimentos Negros com a SMED, Prefeitura e Carris, realizou o projeto *Territórios Negros: Afro-brasileiros em Porto Alegre*, em um ônibus que percorria os pontos: - Largo da Forca (Praça Brigadeiro Sampaio); Pelourinho (Igreja das Dores), Mercado Público, Campo da Redenção (Parque Farroupilha), Colônia Africana (Bairro Rio Branco), Ilhota (imediações da avenida Érico Veríssimo), Areal da Baronesa (Quilombo da Travessa Luis Guaranha), Largo Zumbi dos Palmares. Atendendo escolas públicas e privadas, percorriam o centro e arredores recontando a trajetória, a importância na construção, na cultura e política do Município e Estado dos afro-gaúchos. Com a proposta de atendimento até o fim de 2011 o projeto se estendeu até 2017, por conta da enorme procura de órgão e entidades educacionais, bem como por reconhecer o importante papel prestado para uma educação antirracista e erradicação do preconceito sócio-racial; contudo, sobre inúmeros protestos de várias esferas da sociedade e entidades, o projeto foi extinto no atual governo do Prefeito Marchezan (2017-2021).

E a mediação as visitas ao Museu do Percurso em Porto Alegre, o curso de formação de jovens monitores estava previsto no projeto Monumenta e contou com duas edições, em 2009 na Escola de Saúde Pública, e 2014 no Quilombo Areal da Baronesa.

2.4 MEMÓRIA COLETIVA NA FORMAÇÃO DO PERCURSO

Muito abordamos o fato da história afro-brasileira, com tantos personagens protagonistas de sua história, não constar na história oficial. Para fazer este resgate é necessário percorrer, dentre outros caminhos, a memória coletiva. Ela é a salvaguarda em toda e qualquer cultura. No continente africano os *griot* são armazenadores das histórias locais, de um povo e de uma cultura, responsáveis por mantê-la viva, compreendendo a história do tempo de fundação até o momento presente; o mestre *griot*, através da história oral, prepara seu discípulo desde a infância até o momento do fim da sua existência, quando então o discípulo assume o lugar do mestre. Ao contrário do que se pregou durante muito tempo, este método não é por conta do atraso cultural e civilizatório de populações que não possuía escrita, mas um modo singular de preservar e dar sentido a existência de um grupo social enquanto tal.

Segundo Bohrer (2011, p. 137), o estudo sobre memória é fundamental para a “compreensão dos territórios negros centrados no sujeito”, suas particularidades, noções de território e o processo de re-territorialização, África-Brasil, enquanto sujeitos protagonistas. A memória coletiva de matriz africana guarda a história da diáspora, e mesmo subjugados, sem direito ao corpo, ao nome de origem, seus bens físicos, nunca perderam seus elementos formadores, as lembranças grandiosas, plurais e ancestrais de seu imenso e riquíssimo território continental; memórias narradas por meio das canções, ladainhas, da capoeira, nos rituais criados nos festejos afro-brasileiros e principalmente por meio dos terreiros de matriz africana a memória foi preservada, sempre, através da oralidade.

CAPITULO III - A RESSIGNIFICAÇÃO DO PERCURSO DA FORÇA

A escolha da Praça da Força, enquanto um recorte dentro das muitas possibilidades apresentadas pelo Percurso do Negro em Porto Alegre se dá por ser lugar emblemático. Começa por ser a representação e memória de um local de execução, e assim se manteve durante muitas décadas no ideário popular da cidade. Era o lugar onde negros eram sentenciados por uma sociedade que não reconhecia sua humanidade e julgava sem se preocupar com qualquer valor moral, condenando à força pessoas inocentes, ou não respeitando, inclusive, manifestações divinas, como o caso do negro Lucas – a ser descrito adiante. É, portanto, um lugar que só poderia representar em seu “íntimo” tristeza e sentimento de impunidade à população negra.

No entanto, o espaço foi ressignificado pela presença de um símbolo de ligação entre dois continentes, África-Brasil, que celebra a vida, ou a morte – esta não necessariamente triste se vinda de forma natural seguindo toda uma ritualística de passagem entre muitas culturas africanas, bem como nas casas de religião afro-brasileiras –, que pulsa na mesma batida do coração, em todas as alegorias que este órgão suscita, ditando o ritmo da vida, do trabalho, da dança, das lamentações, da musicalidade de um continente ancestral a todas as culturas por ser este o continente primeiro. O tambor, detentor de tantos significados, é escolhido e fixado como primeiro marco do Museu do Percurso do Negro, representativo do valor das expressões da cultura dos negros africanos e seus descendentes na contribuição na formação do Município, do Estado e do Brasil.

Local central, próximo ao cais, por onde recebia e escoava mercadorias, a praça era passagem dos e das trabalhadoras escravizados(as), de ganho, aluguel, libertos e forros e para eles significava “um lugar de ocorrência de injustiças, sofrimentos, humilhação pública e morte” (BITTENCOURT, 2010, p. 27). O Largo da Força foi designado para tal de 1816 a 1857, onde “muitos negros perderam suas vidas, seguindo o mesmo e trágico percurso afrodescendente de corpos, espíritos, mentes e almas que nasceram na África e morreram no centro, no coração de Porto Alegre” (BITTENCOURT, apud VILASBOAS, p. 87), previsto pelo Código Criminal do Brasil Imperial. Conforme a autora:

A designação de Largo da Forca remete ao tempo em que, nesse local eram enforcados os criminosos entre 1830 e 1860, de acordo com a penalização prevista no Código Criminal do Brasil Imperial de 1830. Por outro lado, é necessário considerar que as condenações às galés, desterrados, mortos por enforcamento, torturas, antes do advento do Código Criminal, tinha por base as leis canônicas das Ordenações Filipinas. As execuções caracterizavam-se por cerimônias e eram públicas, e tinham caráter punitivo de exemplaridade, por fim educativa. Neste local eram executados aqueles que haviam sido oficialmente condenados. (2010, p. 54-55)

As execuções eram públicas e seguidas de cerimonial: saía-se da cadeia, próxima a Santa Casa de Misericórdia, atravessava a antiga Rua da Paia, acompanhado de um sacristão, um sacerdote e um meirinho que entoava “Vai se executar a sentença de morte natural, na forca contra o céu”. Todo o caminho era acompanhado por uma multidão, pois se tratava de um grande – e funesto – evento. Chegando ao Largo, lia-se a sentença e rezava-se o “Creio em Deus Padre”, “Na vida eterna”, este ritual acabava por servir de exemplo e fins educativos.

Houve três sentenças emblemáticas que merecem menção, a do Negro Jósimo, do Negro Lucas e a do Preto Joaquim. A primeira execução que se tem notícia, início do século XIX, foi a do Preto Joaquim, acusado de matar a ex-patroa, residente em Triunfo. Esta tinha o apelido de Leoa, fama adquirida devido a sua fúria. (BITTENCOURT, 2010, p. 53)

A Lenda do Negro Jósimo conta que o preto forro¹⁷ era responsável pelas medidas da obra de fundação da Igreja Nossa Senhora das Dores, em 1807, e foi prontamente acusado por seu senhor Domingos José Lopes, em 1832, como responsável pelo desaparecimento de materiais da construção, “[...] E como naquele tempo a palavra do senhor era lei fatal e os infelizes escravos não passavam de reles coisas, sem vontade, sem querer e sem o mínimo direito de contestar ou defender-se [...]” ele foi sumariamente condenado pela vontade de seu senhor à morte. O Negro afirmava-se inocente, e na hora da execução, coincidentemente em frente a residência do seu senhor, jurou em nome da clemência divina que se realmente fosse inocente seu senhor jamais veria o término da obra. Em seguida as obras da igreja pararam e somente foi concluída

¹⁷ Forro: escravizado que possuía Carta de Alforria que lhe concedia a liberdade, podendo assumir formas distintas do que compreendemos por liberdade.

em 20 de julho de 1901, 95 anos depois, “[...] quando os ossos de Domingos José Lopes já era mais do que cinza [...]”. (BITTENCOURT, p. 54)

A história “de um tal” de Lucas conta que no dia do seu enforcamento a corda que o deveria enforcar arreventou, “por isso um irmão da Santa Casa imediatamente procurou cobrir o corpo com a bandeira da Misericórdia. O juiz das execuções não atendeu ao pedido, como era de praxe, e mandou amarrar a nova corda e enforcar o condenado”, rendendo à praça a fama de mal assombrada, pois “ali fora enforcado um preto que tivera por si „a bandeira da misericórdia”. (BITTENCOURT, p. 56). Essas histórias podem ter se destacado dentre tantos enforcamentos, mas o fato que prevalece é o de um percurso de humilhação, dor e sofrimento empregado aos escravizados que não tinham o direito de cidadão, não tinham direito a voz.

3.1 O TAMBOR ECOA DA ÁFRICA NO PERCURSO DO NEGRO

O tambor é importante na transmissão da cultura. Através dos seus sons, toques e suas batidas as mensagens se propagam. Ele se torna um forte elo com o passado e meio de comunicação nos planos terrestre e espiritual. O tambor é um elemento singular passível de ser encontrado em todas as culturas. Ele assume diferentes formas, tem diferentes batidas e diálogos, mas não deixam de ser tambor e de comunicar.

Na África, dentre muitas utilidades, foi usado como meio de comunicação de uma região a outra, pois seus agudos podiam percorrer longas distâncias e intercalados com os sons médios e graves de outros tambores representavam “códigos precisos para a transmissão de mensagens à distância”. No Brasil, esta comunicação não foi perdida, o tambor foi largamente utilizado para comunicar-se com os ancestrais, para acessar as lembranças dos que ficaram além-mar.

Os tambores eram utilizados em dias religiosos e de festas. Sua batida podia avisar, através da mudança repentina de ritmo, que o festejo ou a manifestação religiosa disfarçada deveria parar; na capoeira, que era proibida, assim como a “religião do negro”, ao som do tambor ensaiavam os passos de defesa, mas existiam toques de „recado”, cada um tinha uma batida e uma levada específica, podendo “falar” da aproximação de alguém desconhecido. Outra batida podia avisar que era a polícia e que deveriam dispersar rapidamente e os que ficassem com os instrumentos permaneciam com os capoeiristas que garantiriam a retaguarda. Assim era entoada uma batida para

fortalecer o espírito dos mandingueiros¹⁸ na hora que o “couro comia”. Em uma das muitas leituras, um autor desconhecido, sintetizou a conversa do tambor:

“os tambores conseguem transmitir as notícias mais rapidamente do que a linguagem escrita e, muitas vezes, captam melhor o que precisa ser transmitido, porque os sistemas de escrita são pouco adequados para representar os tons graves, agudos e intermédios da língua”.

É também um elemento de ligação com os orixás que são representações da natureza, por exemplo: Oiyá, Yemonja ou Iemanja, a rainha das águas do mar; Osun, Oxum senhora das águas doces; Oyá, ou Iansã, dona dos ventos; Sango, ou Xangô, senhor dos raios e do trovão e muitos outros. A construção do tambor se dá com o respeito devido à natureza e os parâmetros da cosmovisão africana: a base é feita de madeira de árvore que tombou naturalmente, que já cumprido seu caminho; o couro de um animal ofertado ao seu orixá; o elemento ferro representa o orixá Ogum, senhor do trabalho, da luta e da guerra; as cordas são um fio condutor amarrando a ancestralidade e ao presente.

Os Territórios Negros são permeados por essas batidas, marcando sua história nesse solo, e ao contrário das mazelas vividas, criaram uma cultura que expressa alegria, dança, amor e fé. Aqui se “re-territorializaram”, pela não possibilidade de volta à “mátria”¹⁹ africana, lutaram bravamente por liberdade e foram traídos em Porongos²⁰, heróis que resistiram na batalha e a todos que tentaram tiranizá-los; sustentaram o crescimento do estado nas costas e erigindo prédios, calçadas, a força do seu trabalho foi à base da estrutura econômica, da produção do charque, agricultura, pecuária e outros; “assentaram as suas crenças, devoções e fé em seus santos e orixás, e para onde trouxeram a batida dos seus tambores, seus cantos e suas danças”. (BITTENCOURT, 2010, p. 139). Villasboas acrescenta ainda:

Esta “apropriação simbólica do terreno público”... vivida através da realização das procissões com as influências da cultura africana e das festas

¹⁸ Mandingueiro era o possuidor de mandinga, visto ou pelo jeito de lutar, jogar, dançar a capoeira e também que seu corpo era fechado por “feitiços” de proteção.

¹⁹ Mátria é um termo cunhado por movimentos sociais em Porto Alegre para negar os cerceamentos contidos na pátria, indo assim para o lado oposto, onde não existam limites territoriais econômicos e a terra seja de todos.

²⁰ Os Lanceiros Negros constituíram a linha de frente das tropas farroupilhas, como o nome sugere. Armados apenas de lanças, enfrentaram as tropas imperiais ao lado dos farrapos, tendo sido por eles atraídos pela promessa de liberdade. Findado o conflito, os “lanceiros” sobreviventes foram excluídos do projeto farroupilha, tendo sido vítimas ainda de um massacre que ficou conhecido como o Massacre de Porongos (1842).

populares como Entrudo, fez preservar os valores e a cultura afro-brasileira dos negros porto-alegrenses, assim criando espaços socioculturais especificamente negros. Tambores e instrumentos musicais de origem africana passaram a fazer parte da paisagem urbana de Porto Alegre, as coreografias e gingados dos negros modificavam o Carnaval, que passou a ser associado ao elemento negro (2010, pág. 87).

No Sul, o tambor foi estigmatizado pelo preconceito às religiões de matriz africana. Tocar tambor, batucar, está associado ao Batuque – religião afro-gaúcha – depreciada e por vezes associado a práticas “demoníacas”. As manifestações culturais geradas pelos afrodescendentes foram relegadas ao campo de popular e folclórico, como forma de minimizar sua importância ou sua qualidade musical em contraposição a música europeia, assimilada como herança, do valor indiscutível das músicas clássicas e eruditas.

Na composição *Áfrico*, de Paulo César Pinheiro, aparece a diversidade de manifestações culturais regidas pelos múltiplos sons dos tambores, mostrando a variedade, complexidade e as riquezas culturais dos negros e negras de todo o Brasil:

Quem foi que fez brasileiro Bater tambor de jongo?
De onde é que sai quem batuca Com o pé terno-de-congo?
Quem é, me ensina quem foi Que fez o povo dançar
Tambor-de-mina, Bumba-meu-boi Boi-bumbá, o bambaqueerê
O samba, o ijexá
Quando o Brasil resolveu cantar?

Quem foi que pôs o lamento Na voz da lavadeira?
Quem fez aqui baticum Candomblé e a capoeira? Quem trouxe o maracatu?
Quem fez o maculelê Mineiro-pau, coco, caxambu Banguelê, a xiba, o lundu
O cateretê
Quando o Brasil resolveu cantar?

Me diz quem foi que fez A dor se transformar Em som de carnaval
Em batucada Em melodia?
Que força fez mudar Toda tristeza
Em alegria
Quando o Brasil resolveu cantar?

O Tambor, assim como os tambores que vieram bater de África aqui em Porto Alegre, no Estado e no Brasil, ontem cantou tristezas, mas também criaram as festas, as expressões culturais, a religião que fortaleceu os negros e negras nesse território que percorreram longo período para poder chamar esta terra de sua; e hoje, soa alto à mensagem de justiça, fim da impunidade e por direitos.

3.2 TAMBOR: O PERCURSO CONCRETIZADO

A Praça Brigadeiro Sampaio, antigo Largo da Forca, foi escolhida dentre os lugares do Percurso do Negro para receber o primeiro marco escultórico do Museu do Percurso do Negro, para representar a “passagem dos ancestrais” pelo “ponto de vista da memória, da identidade e da cidadania”. Como forma de ressignificar o território, o espaço que simbolizava dor e injustiças dá lugar à visibilidade, à cultura, à resistência e reparação para população afrodescendente. Desta forma saliente Bittencourt (2010, p. 131):

Os lugares que tecem esses territórios negros resultam da articulação entre as referências espaço/tempo, plenos de memória e de história construída social e culturalmente pelos negros, tanto no passado quanto no presente, seguindo a circularidade dinâmica. Apropriando-se dos espaços e áreas centrais da cidade, transformados em lugares da memória, por meio do trabalho, dos rituais, das festas, das práticas culturais e da resistência política, os negros não só preservam como seguem forjando novos territórios sociais e culturais.

Representa “a capacidade de transformar a experiência da exclusão social, da opressão, da condição de criar na escravidão, do preconceito da discriminação racial em substrato cultural-existencial vivido, voltado para a afirmação positiva”, esta forma de fruição marcadamente negra de celebrar a vida, “sempre em busca da dignidade humana”. (IBIDEM, p. 132)

A praça trás em sua memória as execuções injustas, pois segundo Bittencourt, a maioria dos “delitos” está associada “aquisição daqueles bens necessários à sobrevivência, aos quais eles não tinham acesso”, bem como a insubmissão não cumprindo ordens ou fazendo “corpo mole”, as fugas, reação contra a violência, todas as formas de resistência à opressão. Entendendo a sociedade escravista dividida enquanto oprimido e opressor, os interesses da classe senhorial eram privilégios - contrariando a “tese de universalidade da lei” (BITTENCOURT, 2010, p. 36).

Os africanos e seus descendentes escravizados eram compostos de guerreiros, de reis e rainhas, de nobres, de trabalhadores que possuíam conhecimentos específicos e ofícios que trouxeram consigo, se „re-territorializaram” constituindo um “patrimônio cultural consubstanciado no saber vinculado ao culto de muitos deuses, a institucionalização das festas, das dramatizações dançadas e das formas musicais” (BITTENCOURT, 2010, p. 42). Desta forma, a praça, que era evocada pelo imaginário

popular como lugar mal assombrado pelas histórias do Largo da Força, hoje é amplamente „re-conhecida“ e „re-nomeada“ como à Praça do Tambor.

O Tambor na Praça Brigadeiro Sampaio é o primeiro marco escultórico a marcar os Territórios Negros de Porto Alegre, uma vitória da luta dos Movimentos Negros que pautava, desde seus primórdios, a importância de um marco dos e para os negros ancestrais e futuros na cidade; amparado pelo projeto Museu do Percurso do Negro, um museu de percurso a céu aberto que visibiliza a história dos negros na capital e contemplado pelo Programa *Monumenta*. Esta escultura é resultado do processo artístico do grupo convidado e selecionado pela coordenação do projeto, o Movimento Angola Janga.

Artistas plásticos negros e de formação comprovada formaram o grupo misto de desenhistas, escultores e pintores que passou por algumas etapas até à escolha, confecção e inauguração. Primeira etapa FORMAÇÃO: embasados pelos estudos históricos antropológico de Iosvaldyr Bittencourt Junior, pesquisador do projeto, assim como por lideranças dos movimentos negros, *griots* que transmitiram a história através da oralidade, aprenderam sobre a cosmovisão das culturas africanas, a história dos escravizados até os dias atuais, por meio de suas atividades sociais, carnaval, festividades, religião afro-brasileira, como aponta o pesquisador:

O Projeto Monumenta, por meio do Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre, reuniu um grupo de artistas para representar esteticamente os percursos sociais, históricos e culturais criados, mantidos e preservados pelos africanos e descendentes negros na cidade. Os artistas participaram das oficinas sobre a História e a arte africana, a cultura negra, a arte afro-brasileira ou negra-brasileira, para criar propostas artísticas, a fim de expressar uma estética através de marcos representativos. (BITTENCOURT, 2010, p. 107)

Segunda etapa CRIAÇÃO: por meio de oficinas de criação, elaboraram propostas fundamentadas nos conhecimentos adquiridos, assim como nos conhecimentos empíricos, foram apresentando propostas individuais, em grupos e por fim coletivas dos marcos estéticos representativos, sendo acompanhados e orientados por Iosvaldyr e pelo arquiteto e urbanista Vinícius Vieira de Souza. O grupo elencou dois elementos para ser debatido e escolhido como proposta de marco, a máscara e o tambor, entendendo que

ambas seriam representativas e simbólicas. O impasse foi solucionado pela sabedoria do *griot* Nilo Feijó²¹:

Em uma das reuniões, o Sr. Nilo Feijó, presidente da Associação Satélite Prontidão e *griot* do projeto do Museu do Percurso, ressaltou a importância do tambor para as populações negras e para a história e cultura afro-brasileira, pois ele está presente nas congadas²², nos rituais do Batuque e da Umbanda, nos atos de resistência e nos aspectos lúdicos da capoeira, além das diversas modalidades de samba e de carnavais. (BITTENCOURT, 2010, p. 121)

Terceira etapa CONFECÇÃO: o Tambor foi concebido pelos artistas negros Pelópidas Thebano, Gutê, Marco Antônio dos Santos, Adriana Xaplin e Leandro Machado, e se dedicaram nesta etapa na criação do projeto arquitetônico, a escolha de materiais resistente às ações do tempo; seria Amarelo, representando a Orixá Oxum, das águas doces do rio Guaíba, e imagens impressas que representariam a religião, a cultura, os saberes, a resistência, o trabalho, a escravidão e a justiça:

A plasticidade do tambor acaba por evocar rituais e os agentes religiosos de matriz africana; a força dos capoeiristas, o trabalho e a tenacidade dos negros gaúchos; o heroísmo dos Lanceiros Negros na luta pela preservação da autonomia política do Rio Grande do Sul pela liberdade; das irmandades religiosas leigas que promovem a fé com alegria e solidariedade entre os negros, dos suplicamentos e dos enforcamentos a reclamar por justiça e reparações e, por fim, dos estudantes negros anunciando o futuro de reconhecimento cultural e de autonomia econômica, política e intelectual. (BITTENCOURT; 2010, p. 130).

Última etapa INAUGURAÇÃO: esta conquista sedimenta o percurso do negro em Porto Alegre, marcando esteticamente e positivamente a história dos ancestrais que fundamenta os Territórios Negros em patrimônio às gerações futuras da

²¹ Nilo Alberto Feijó, sambista, compositor de sambas enredos carnavalesco, presidente da Associação Satélite Prontidão, do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Rio Grande do Sul, e integrou o Conselho Municipal dos Direitos do Povo Negro, faleceu em 05/01/2016 aos 82 anos.

²² Congada é um festejo afro-brasileiro, carregado de elementos culturais africanos do Congo e Angola, e religioso cristão português, em forma de procissão ou desfile, originou-se na segunda metade do século XVII, no período do Brasil Colonial.

população negra e não-negra, “trabalho político do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial” e das personalidades, mestres, *griots*, intelectuais e ativistas que durante décadas foram plantando a semente desta representação simbólica e demarca assim:

O intuito de inscrever fisicamente e simbolicamente os desejos das multiplicidades culturais negro-contemporâneas, ou em grande medida de ressaltar as ações sociais, as pressões sociais, as cosmologias africanas reinventadas no Brasil, bem como as ações políticas da comunidade negra porto-alegrense, demarca o sentimento de pertencimento étnico. (BITTENCOURT; SOUZA, 2010, p. 107)

A cerimônia aconteceu em 9 de abril de 2010, às 17 horas na Praça Brigadeiro Sampaio. As primeiras palavras foram da antropóloga Lorecinda Ferreira Abrão e o desenlace pelo mestre *griot* Nilo Feijó, integrante do conselho gestor. Apresentação musical do grupo Tambor Falante da Escola Estadual Valter Jobim²³, do grupo Africanamente Escola de Capoeira ao som dos tambores que ecoaram pela praça; e do coral do Hospital Cristo Redentor.

Compareceram representantes dos terreiros religiosos, artistas, músicos, escritores, também entidades representativas da área cultural e das políticas de salvaguarda e proteção do patrimônio cultural, tais como: Ana Lúcia Meira, do IPHAN; Glênio Boher, coordenador do programa Viva o Centro; Prof. Sérgio Gonzaga, Secretário de Cultura de Porto Alegre e Briane Bicca, coordenadora do Programa *Monumenta* em Porto Alegre, bem como entidades civis, interessados informados pelos meios de comunicação, moradores do Centro Histórico e arredores que passavam pelo local, curiosos com o acontecimento.

O marco representa uma ruptura, uma transição, de um antigo discurso onde à presença dos africanos e seus descendentes estavam ligados somente à escravidão, ao jugo, a subordinação, bem como ao tronco, ao pelourinho, ao grilhão, pau-de-arara e à força. O tambor cumpre mais uma vez seu elo, agora o da cosmovisão de um continente africano mananciado pelos conhecimentos ancestrais de uma cultura rica, estética e

²³ Grupo Tambor Falante, composta por adolescentes da Escola Estadual Valter Jobim, localizada na Vila Nossa Senhora Aparecida, no município de Viamão. Coordenado pelo professor Francisco Cândido Castro, que trabalha com materiais reciclados para confeccionar instrumentos musicais, com os quais os alunos executaram músicas instrumentais.

vigorosa de saberes, de povos que contribuíram para a construção política, econômica e fundamenta fortemente a cultura gaúcha.

A visibilidade do Tambor é a visibilidade de um patrimônio, de uma história da construção de uma nação, calcada em sua matriz africana. Representa para as populações negras, principalmente para os jovens, a elevação da autoestima, a representatividade cultural e estética de si e do seu povo e seus antepassados. À população não negra suscita muitos sentimentos contrários e favoráveis, contudo, cumpre o seu papel, plantando uma semente e a dissolução de uma visão de igualdade racial. Suscita a problematização necessária sobre o tema e traça o caminho para uma educação antirracista.

A praça que antes era lembrada pelo entorno como o lugar mal assombrado, onde os negros eram enforcados, se enraizou no ideário popular como a Praça do Tambor, tornando-se referência, desacomodando a sociedade, o bairro, para a presença, contribuição e visibilizando positivamente um grupo específico o dos negros.

Nem sempre esta relação se dá de forma tranquila. Aconteceu, por exemplo, de o ônibus dos Territórios Negros da Carris ser notificado pelo EPTC²⁴ por reclamação de um vizinho que reclamava do barulho do ônibus; há relatos de reclamação por conta do constante barulho de tambor²⁵, contudo cabe salientar que o local da primeira parada do ônibus T.N da Carris, onde os estudantes e visitantes desciam e visitavam o Tambor, na Rua dos Andradas, é local por onde passam os ônibus de linha Circulares C1 e C2, em espaços muito curto de tempo, bem como o Tambor é uma escultura e não um instrumento.

A cultura do negro ainda está envolta em discriminações e preconceitos, principalmente quando ligada a algum elemento que possa referenciar a religião de matriz africana, como o tambor. Assim, a cidade é um território em disputa e a partir da inauguração do Tambor, passou a ser uma “disputa” mais equilibrada.

²⁴ Empresa de Transporte Público e Circulação

²⁵ Informações coletadas na execução do trabalho como monitora dos Territórios Negros da Carris, no Estágio de Docência em História III - Educação Patrimonial, 2016/01.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os negros e negras compuseram o dia-a-dia da cidade, carregaram em si a história, resistiram bravamente a escravidão com o seu trabalho e os frutos dele; se fortaleceram em seus saberes, em sua memória e foram influentes, pois até hoje, mesmo com as tentativas da invisibilidade, marcaram a nação, não puderam ser esquecidos; foram apagados da história oficial, mas não sabiam que o legado da matriz africana os ensinara a oralidade. O marco escultórico Tambor representa muitas conquistas: a luta dos Movimentos Negros, o reconhecimento do racismo e a desigualdade racial pela Constituição de 1988, o reconhecimento da existência dos Territórios Negros na capital gaúcha, as renovações no conceito de museus, seus usos e representatividades, o resgate do patrimônio dos negros africanos e seus descendentes.

O trabalho apresentou como o projeto de nação brasileira invisibilizou, marginalizou, estigmatizou uma parcela da população de direitos e reparações no pós-abolição e que somente após décadas de luta e com o advento da Constituição de 1988 é reconhecida a cidadania dos negros e negras e o racismo no Brasil. A partir de então, as mudanças substanciais e as reivindicações da população negra, a tanto pautadas, começam a transformar a realidade opressora institucionalizada em políticas públicas voltadas a reparação.

A formação de uma Secretaria que pense e repense a igualdade racial é fundamental as transformações de base – porque mudar um sentimento de branqueamento fundante de uma nação não acontece somente com boa vontade e esforço, normalmente dos que são lesados – da nação brasileira, valorando todos os povos que fundaram o país e a diversidade de culturas foi o que alçou ao Brasil esta efervescência cultural tão exportada. Porém, a diversidade não pode servir somente a economia, precisa servir às garantias de igualdade de direitos, de representatividade equiparada em todas as esferas políticas e públicas e na formação de leis que garantam o direito a diversidade cosmológica desses povos.

A lei 10.639/2003 é, também, uma dessas mudanças na base, incluir na LDB a obrigatoriedade do ensino da história da África e dos afro-brasileiros representa a longo prazo uma transformação de como é visto e olhar sobre si mesmo das populações negras e não- negras; e quem sabe em um futuro ainda distante – já que em 14 anos de vigência da lei foram dados pequenos passos, quando dados! – termos uma valorização semelhante das culturas africanas como temos da europeia na educação brasileira. Ainda nas poucas reparações, as cotas raciais nas universidades, representou

um aumento considerável de negras e negros com formação superior, aumentando assim o número de profissionais nas diversas áreas públicas, contribuindo para representatividade positivada dessa e para essa população.

O Percurso do Negro em Porto Alegre é a afirmação histórica do negado afro-gaúcho, a inscrição oficial no Centro Histórico e turístico a presença, a memória e o patrimônio dos africanos, mudando no paradigma da cidade a imagem dos negros. Recria um novo olhar, carregando a alegria, os fundamentos e o pertencimento da base que construiu o município até a chegada dos imigrantes ítalo/alemão, e o início da reparação à memória e a lutas desses antepassados.

O Museu do Percurso do Negro, monumentalizam através de seus marcos – o Tambor, a Pegada Africana, o Bará do Mercado e o Pannel Afrobrasileiro – espalhados pela área Central da cidade, a afirmação das diferenças, que não devem mais ser excluídas, minimizadas, ou inferiorizadas; que a diversidade e a cosmovisão de matriz africana, invisibilizadas no desenvolvimento urbanístico da cidade, possam fundamentar a história oficial porto-alegrense; que as culturas de matriz africana e afro-brasileiras sejam respeitadas, não mais deslegitimadas e perseguidas, frente ao seu valor imensurável, já comprovado, e de superioridade, não a mais ou menos que outras culturas, mais equiparável.

O Tambor vem romper o silêncio imposto pelos projetos das elites burguesas e brancas na constituição das representações da capital, criando novas narrativas, valorizando o trabalho e o trabalhador que construiu a cidade que é referência de beleza arquitetônica e econômica. Torna-se multiplicador da ideia de diversidade e pertencimento aos que passam pela praça e levam essa mensagem e o reconhecimento do Tambor à diante.

A resistência e a luta pela liberdade estão sendo travadas até os dias de hoje, pois a cultura do racismo e da discriminação está arraigados na nação - do fim da escravidão à Constituição foram 100 anos sem direitos e cidadania, das Constituição aos dias atuais se passaram somente 29 anos –, não houve ainda um processo de reparação digna, e a resistência à escravidão é hoje a luta contra o racismo; o racismo não é estático, não permanece o mesmo desde o fim da escravidão, ele se reinventa e se moderniza, hoje representa o alto índice de mortalidade da população jovem negra, de desemprego, a maior população carcerária no Brasil, além dos micro racismos, ainda velados, como as piadas, os olhares recriminatórios para cabelos e estilos afros, o eterno olhar vigilante do segurança, etc; contudo, os Movimentos Negros são incansáveis.

Um dos pontos fulcrais ainda hoje é o preconceito com as religiões de matriz africana, há um desrespeito a cosmovisão e uma perseguição às práticas do Batuque, elas aparecem no cenário político volta e meia com leis contra o uso ritualístico dos animais, a perseguição policial às casas alegando o “barulho” dos tambores e dos festejos; assim, o percurso representa a valorização e o fim das perseguições de matriz africana detentoras dos conhecimentos tradicionais da cultura afro-brasileira.

Hoje estamos vivendo um retrocesso político, além do recorte econômico, estes estão se dando de maneira simbólica, é possível perceber quando avaliamos esses cortes e onde tem se dado: fim do projeto Territórios Negros da CARRIS, corte de verbas às escolas de samba e para o carnaval, troca da data. Desta forma, é possível afirmar que se trata de um ataque direto em representações e conquistas da população negra.

Assim, é notada a importância dos referenciais criada pelo Tambor, à visibilidade do papel determinante na constituição da cidade. Há muitos pontos, neste trabalho, a serem melhorados e que caberiam mais aprofundamentos, contudo uma monografia é pouco espaço para o tamanho dessa pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Patrícia Adorno. **Um passeio por caminhos invisíveis: fontes de informação sobre o Bará do Mercado**. Porto Alegre, 2015. Monografia (Graduação em Biblioteconomia). Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BITTENCOURT, Iosvaldyr Carvalho. Territorialidade Negra Urbana: a evocação da presença, da resistência cultural, política e da memória dos negros, em Porto Alegre, delimitando espaços sociais contemporâneos. In: POSSAMAI, Zita (org.). **Leituras da Cidade**. Porto Alegre, Evangraf, 2010. p. 59-129.

BOHRER, Felipe Rodrigues. Breves considerações sobre os territórios negros urbanos de Porto Alegre na pós-abolição. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 12, n. 29, p. 121-152, jul./dez. 2011.

CARMO, Sura Souza. A transitoriedade de um objeto: os balangandãs dos séculos XXVIII e XIX e suas ressignificações na contemporaneidade. **Revista Mosaico**, v. 9, n. 2, p. 189-200, jul./dez. 2016.

CARNEIRO, L.C.C; DOS SANTOS, J.A; FERREIRA DA SILVA, G (org). **RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

CARVALHO, Liandra Lima. NEGRO: de escravo a cidadão? Um estudo sobre a cidadania na população negra brasileira. **III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**. São Luís, 28 a 30 de agosto 2007. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoD/035fe64a111cd2257165LIANDRA%20LIMA_CARVALHO.pdf

CHARÃO, Cristina. O Longo Combate às Igualdades Raciais. IPEA. São Paulo. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=711.

CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. Memórias afro-brasileiras institucionalizadas. Tentando ler exposições de museus e seus periódicos. **Proj. História**, São Paulo, v. 26, p. 273-283, jun. 2003.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; PACIEVITCH, Caroline. Patrimônio cultural e ensino de história: experiências na formação de professores. **Revista Opsi**, Catalão, v. 15, n. 1, p. 28- 42, 2015.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; MEINERZ, Carla Beatriz. Educação, patrimônio cultural e relações étnico-raciais: possibilidades para a descolonização dos saberes. **Horizontes**, Itatiba, v. 35, n. 1, p. 19-34, jan./abr. 2017.

GOMES, Verônica Maria da Silva; RODRIGUES, M. de Lourdes Alves. O marco legal dos direitos da população negra que deu origem ao Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial – CNPIR. In: CURSO DE FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS

EM DIREITOS HUMANOS. Curitiba. Abr – Jul, 2006.
Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/cc/a_pdf/modulo3-tema3-aula1.pdf

GONZAGA, Gabriel. Territórios Negros: Patrimônio, diáspora e tempo. **Revista História e Diversidade**. v. 7, nº 2, p. 54-72, 2015.

GRAEFF, Lucas; SALAINI, Cristian Jobi. A respeito da materialidade do patrimônio imaterial: o caso do INRC Porongos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 17, n. 36, p. 171-195, jul./dez. 2011.

MEDEIROS, Tanise Baptista de. Territórios em disputa: a (in)visibilidade dos territórios negros na cidade de Porto Alegre. **EBR – Educação Básica Revista**, Sorocaba, vol.2, n.1, p. 65-72 2016.

MELLO, Janaina Cardoso de. Entre a farroupilha e a redenção: negros percursos museológicos na terra do chimarrão. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 17, n. 26, p. 143-159, 1º sem. 2016.

ROLNIK, Raquel. Territórios **Negros nas Cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro)**. Disponível em: <https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/04/territc3b3rios-negros.pdf>.

RUPPENTHAL, Francieli. **Um percurso possível: uma etnografia do projeto Territórios Negros em Porto Alegre/RS no âmbito da lei federal 10.639/03**. Porto Alegre, 2015. Dissertação do Mestrado. UFRGS

SILVEIRA, Alexandre Barcelos. Colônia, africana e a construção do território negro em Porto Alegre. XII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUH/RS, 2014. São Leopoldo.

SILVÉRIO, Valter Roberto; TRINIDAD, Cristina Teodoro. Há algo novo a se dizer sobre as relações no Brasil contemporâneo? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 891-914, jul. set. 2012.

VILASBOAS, Ilma Silveira. BITTENCOURT, Iosvaldyr Carvalho. SOUZA, Vinícius Vieira de. **Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre**. Ed. Porto Alegre: Vinícius Vieira de Souza, 2010.

VILLELA, Gustavo. Lei de 1941 considera ociosidade crime e pune „vadiagem“ com prisão de 3 meses. **O Globo/acervo**. Rio de Janeiro, 4dez.2014.

Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/lei-de-1941-considera-ociosidade-crime-pune-vadiagem-com-prisao-de-3-meses-14738298#ixzz4oFdCmkLi>

ZUBARAN, Maria Ângela. Memórias da população negra no sul no Brasil. São Luiz, 2017. Entrevista a Delton Aparecido Felipe e Fabiane Freire França. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade (RICS)**, São Luíz, Vol. 3, n. Especial. jan./jul. 2017.

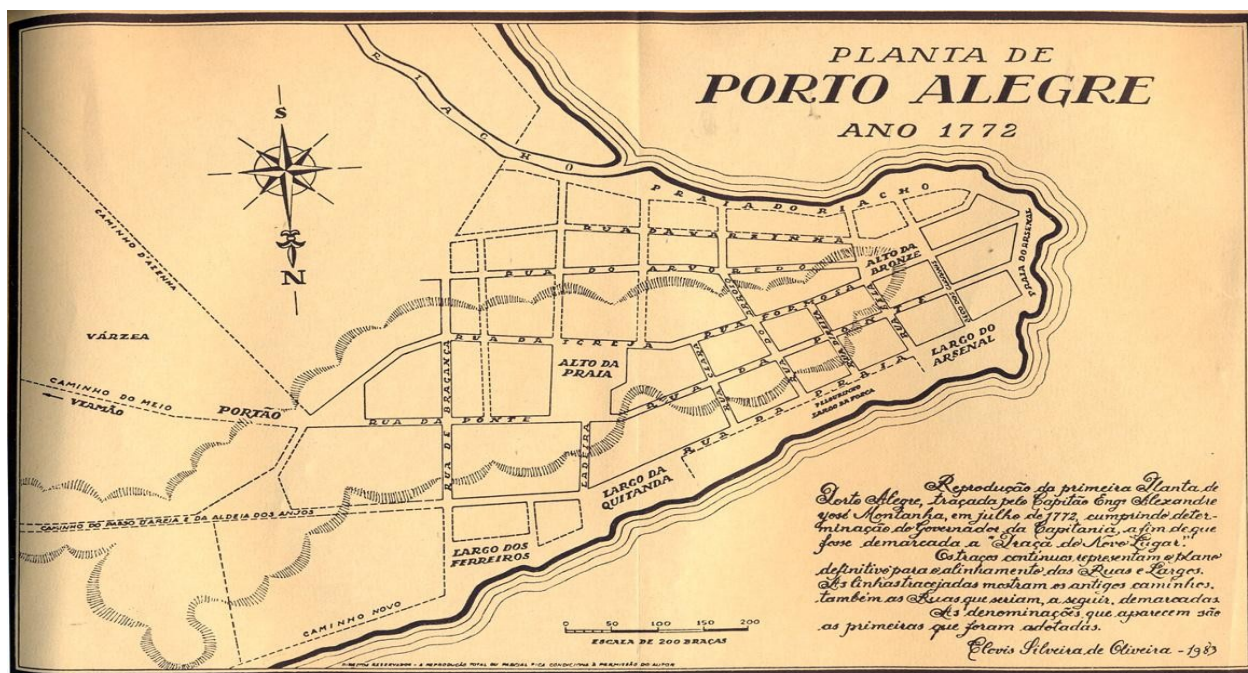
PATRIMÔNIO IMATERIAL. IPHAN. Brasília/DF. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>

MUSEU DO PERCURSO DO NEGRO. Porto Alegre.
Disponível em: <http://museudepercursodonegroemportoalegre.blogspot.com.br/>

PRAÇA BRIGADEIRO SAMPAIO. Porto Alegre. Disponível
em :
http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/default.php?reg=14&p_secao=118#

ANEXOS

Anexo I: Planta de Porto Alegre, ano 1772



Acervo: porto imagem

Anexo II – Praça da Alfândega, século XIX



Acervo: antiga Porto Alegre no comunidades

Anexo III: Ônibus Territórios Negros da Carris



Acervo: Web

Anexo IV: Convite da implementação do Museu do Percorso do Negro

A IMPLEMENTAÇÃO DO MUSEU DE PERCURSO DO NEGRO

A implementação do Museu é essencial, para suprir a lacuna deixada pela falta de representabilidade cultural que remete à invisibilidade social desta parcela da população portoalegrense.

A primeira etapa será concebida em oficinas e ateliês temáticos tendo como referência a memória, a ancestralidade e, ainda, a experiência profissional e de vida dos mesmos - a maioria oriunda ou moradora das comunidades negras.

O produto do trabalho nessas oficinas e ateliês será um protótipo dos demais marcos que comporão o Museu a ser erguido no espaço público. Desse modo, o Museu agrega um caráter institucional e se fixa como entidade permanente, voltada para a memória desse grupo.

Programação:

Acolhida do Anfitrião Satélite Prontidão
Sr. Nilo feijo

Unidade Executora do Museu de Percorso do Negro em PoA
Sr. Jose Alves Bitencourt

Pesquisa Antropológica do Museu de Percorso do Negro em PoA
Sr. Iosvaldyr Bittencourt Junior
Prof. Dr. Antropologo

Apresentação do Projeto
Srª Sandra Helena Figueiredo Maciel
Coord. Científica Pedagógica do Projeto

Sr. Pedro Rubens Vargas - Monumenta

Dia 10 de julho de 2009
horário: às 18:00 h
Local Satélite Prontidão,
Av. Aparício Borges, 288
Baixo Glória

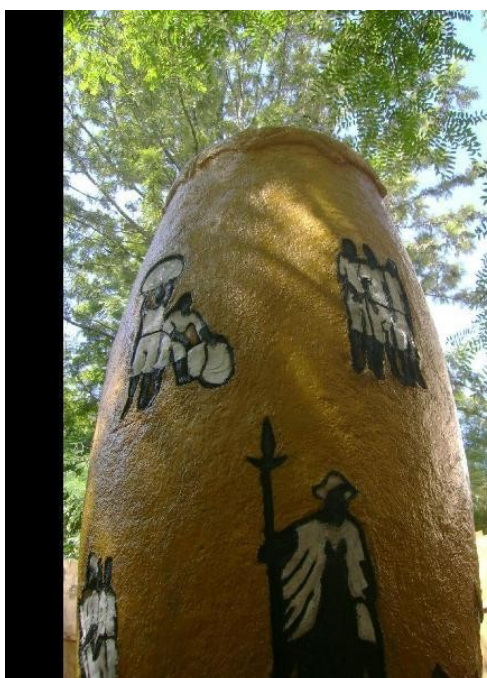
Acervo: memorial Lélia Gonzalez

Anexo V: Formatura dos Jovens do Quilombo do Areal



Acervo: museu de percurso do negro

Anexo VI: Convite de inauguração do Tambor



Tambor

O PROGRAMA MONUMENTA / IPHAN DO MINISTÉRIO DA CULTURA E O CENTRO DE REFERÊNCIA AFRO-BRASILEIRO TÊM A SATISFAÇÃO DE CONVIDAR V.S.^ª PARA A INAUGURAÇÃO DA PRIMEIRA ESCULTURA DO MUSEU DE PERCURSO DO NEGRO EM PORTO ALEGRE.

ELA HOMENAGEIA OS ANCESTRAIS AFRICANOS E OS NEGROS GAÚCHOS QUE COM SUA HISTÓRIA, TRABALHO, RESISTÊNCIA CULTURAL, ARTE, RELIGIOSIDADE E SABERES IMEMORIAIS, CONTRIBUÍRAM PARA CONSOLIDAR A CULTURA AFRO-BRASILEIRA.

DATA : Sexta-feira, 09 de abril, às 17h
 LOCAL : Praça Brigadeiro Sampaio, Porto Alegre
 SAIBA MAIS : percursodonegro.blogspot.com

realização :



Ministério da Cultura



apoio :



coord. gestora :

GT Angola Janga



Acervo: museu de percurso do negro

Anexo VII: O Monumento



Acervo: Vinicius Vieira de Souza

Anexo VIII: Placa do monumento Tambor



Acervo: janela da historia egh

Anexo IX: Convite para o lançamento do Livro

Convidamos para o lançamento do livro "Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre", dos autores Ilma Silva Vilasboas, Iosvaldyr Carvalho Bittencourt Júnior e Vinicius Vieira de Souza. O livro apresenta o processo de construção do projeto que busca visibilizar a comunidade afrobrasileira, mediante a construção de marcos da representação simbólica negra na cidade.



Debate: dia 14 de novembro (dia dos Lanceiros Negros), às 17:30h, no Santander Cultural.

Lançamento: no mesmo dia, às 18:30h, na Praça de lançamentos da 56ª Feira do Livro.

Convidados:

Pedro Rubens Vargas (mediador)
Historiador, UFRGS. Técnico de Cultura e Museologia, Monumenta / Secretaria Municipal de Cultura / PMPA.

Arilson dos Santos Gomes
Mestre em História pelo PPGH/PUCRS. Assistente Cultural do Memorial do RS. Professor de História - SMED / Alvorada, RS.

Iosvaldyr Carvalho Bittencourt Júnior
Jornalista e Doutor em Antropologia Social, UFRGS. Atua no Instituto de Assessoria às Comunidades Remanescentes de Quilombos - IACOREQ. Pesquisador da História Africana, da Cultura Afrobrasileira, dos Territórios Negros Urbanos, da diversidade etnicorracial e da educação antirracista.

Vinicius Vieira de Souza
Arquiteto e Urbanista, UFRGS. Atua no Instituto de Assessoria às Comunidades Remanescentes de Quilombos - IACOREQ. Filiado à Associação dos Escultores do Estado do Rio Grande do Sul - AEERGS. Membro do Departamento Cultural da Associação Riograndense de Artes Plásticas Chico Lisboa.

Nilo Alberto Feijó
Militante do Movimento Negro. Presidente da Associação Satélite Prontidão. Griô do Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre.

saiba mais em: percursodonegro.blogspot.com



Acervo: caminhos dos museus

Anexo X: Marcha Zumbi dos Palmares de 2015



Acervo: Sul 21